

COUDELARIA DE RINCAO/RS

Estudo Técnico Preliminar 4/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64442.003379/2025-50

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação visa à eventual aquisição de implementos agrícolas, equipamentos de apoio operacional e itens auxiliares de manejo rural destinados à Coudelaria de Rincão.

2.2. A Organização Militar possui relevância estratégica no âmbito do Exército Brasileiro, em razão de sua atuação específica na criação, manutenção e preparo de equinos destinados ao atendimento das necessidades da Força Terrestre. Situada no município de São Borja/RS, em área rural com mais de 15 mil hectares, a unidade demanda estrutura material compatível com a extensão de sua área, com a natureza das atividades desenvolvidas e com as limitações logísticas do local.

2.3. As condições de acesso reforçam a necessidade da contratação, tendo em vista que a Coudelaria está localizada em zona rural, com vias internas e acessos sem pavimentação, o que compromete o deslocamento de pessoas, insumos, equipamentos, máquinas e viaturas, especialmente em períodos chuvosos.

2.4. Os bens pretendidos destinam-se ao suporte das atividades de manejo, conservação de áreas, transporte interno de materiais, distribuição de insumos, abastecimento hídrico, suplementação mineral animal, controle e aplicação de insumos, limpeza de áreas e apoio às rotinas operacionais da unidade, sendo indispensáveis à preservação de sua capacidade de funcionamento.

2.5. A solução contempla, além dos implementos e equipamentos já identificados pela Administração, itens complementares de uso prático e recorrente no ambiente rural, a exemplo de cocho saheiro de concreto, soprador a bateria e pulverizador costal, cuja utilização contribui para o adequado manejo dos equinos, para a conservação das instalações e para o apoio às atividades agropecuárias da unidade.

2.6. Diante disso, a eventual aquisição mostra-se necessária para assegurar condições materiais adequadas ao desempenho das atribuições institucionais da Coudelaria de Rincão, em conformidade com sua realidade operacional, territorial e logística.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção Técnica	GABRIEL FRANKE BRIKNER

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá contemplar o fornecimento de implementos agrícolas, equipamentos de apoio operacional e itens auxiliares de manejo rural novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, observadas as especificações técnicas mínimas definidas pela Administração para cada um dos 24 itens previstos.

4.2. Os bens deverão apresentar padrões mínimos de qualidade, resistência, durabilidade e desempenho compatíveis com a utilização pretendida pela Coudelaria de Rincão, considerando seu emprego contínuo em ambiente rural, sujeito à poeira, à umidade, a deslocamentos em vias não pavimentadas e ao uso operacional intenso.

4.3. As especificações técnicas deverão observar, para cada item, os parâmetros mínimos de capacidade, potência, dimensão, vazão, estrutura, material, tensão, compatibilidade e desempenho descritos no documento de referência, admitindo-se produto equivalente, similar ou de melhor qualidade, desde que comprovadamente atenda integralmente às exigências da Administração.

4.4. Havendo divergência entre a descrição constante do CATMAT e a especificação técnica detalhada constante dos documentos da contratação, prevalecerá esta última, por melhor refletir a necessidade administrativa.

4.5. Para os itens de maior porte, como roçadeiras agrícolas de arrasto, distribuidor de fertilizantes, guincho agrícola e carretas agrícolas, deverá ser observada a compatibilidade com tratores, sistemas hidráulicos, capacidade de levante, engates e demais condições de operação existentes na unidade, a fim de assegurar seu efetivo uso em campo.

4.6. As roçadeiras agrícolas deverão possuir, no mínimo, características compatíveis com operação tracionada por trator, regulagem de altura de corte, sistema de transmissão seguro, largura mínima de corte e conjunto estrutural apto ao uso contínuo em áreas extensas.

4.7. O distribuidor de fertilizantes deverá possuir reservatório e componentes fabricados com materiais resistentes à corrosão, capacidade compatível com a demanda operacional, sistema de engate adequado ao trator e mecanismo de distribuição que assegure precisão e regularidade na aplicação.

4.8. O guincho agrícola deverá apresentar capacidade de carga, elevação, estabilidade e acionamento hidráulico compatíveis com a movimentação de big bag e demais materiais empregados nas atividades rurais da unidade, assegurando condições mínimas de segurança ao operador.

4.9. As carretas agrícolas deverão possuir estrutura reforçada, laterais móveis, rodado adequado, pneus compatíveis e dimensões proporcionais às respectivas capacidades de carga, de modo a suportar o transporte interno de materiais em terreno rural.

4.10. Para os itens de apoio tecnológico e operacional, como GPS agrícola e equipamentos de radiocomunicação para tratores, deverá ser exigida compatibilidade com as finalidades operacionais da unidade, facilidade de instalação, funcionamento estável e fornecimento de todos os componentes necessários ao uso regular, como antenas, cabeamentos, suportes e acessórios correlatos.

4.11. O sistema de GPS agrícola deverá ser entregue em conjunto completo, apto à utilização, contemplando monitor, antena, cabeamento e demais elementos indispensáveis ao seu funcionamento, sem necessidade de aquisição complementar pela Administração.

4.12. Os rádios destinados aos tratores deverão possuir características compatíveis com comunicação móvel em ambiente rural, incluindo faixas de frequência adequadas, alimentação compatível, estabilidade operacional e condições de uso tanto em veículos quanto em estação fixa, quando aplicável.

4.13. Para os equipamentos motorizados, como sopradores costais, sopradores a bateria, motosserras e roçadeiras manuais, deverão ser observados requisitos mínimos de potência, ergonomia, resistência, segurança operacional e adequação ao uso prolongado em serviços de limpeza, corte, manejo de vegetação e manutenção de áreas.

4.14. As roçadeiras manuais deverão ser fornecidas com os equipamentos de proteção individual e acessórios de manutenção previstos na especificação, de forma a permitir sua utilização segura e imediata pela Administração.

- 4.15. As motosserras, sopradores costais e sopradores a bateria deverão atender a parâmetros mínimos de potência ou desempenho operacional compatível, capacidade de uso institucional, resistência mecânica e adequação ao emprego contínuo em ambiente rural, sendo inadequado o fornecimento de equipamentos de uso doméstico ou de categoria inferior à exigida para a finalidade pretendida.
- 4.16. Os sopradores a bateria deverão ser fornecidos com bateria, carregador e demais componentes indispensáveis ao funcionamento regular do equipamento, devendo apresentar autonomia compatível com a rotina operacional da unidade.
- 4.17. O pulverizador costal deverá possuir capacidade adequada ao uso pretendido, estrutura resistente, vedação eficiente, ergonomia e condições seguras de operação, de modo a permitir sua utilização nas atividades de aplicação e manejo em campo.
- 4.18. O cocho saleiro de concreto deverá apresentar estrutura robusta, resistência mecânica compatível com uso externo, estabilidade, durabilidade e dimensões adequadas à finalidade de suplementação mineral animal, de forma a suportar exposição contínua às condições climáticas e ao ambiente rural.
- 4.19. Para os itens voltados ao abastecimento hídrico e ao manejo de água, como bombas submersas, bombas para água suja e kit bomba solar, deverão ser observados requisitos mínimos de tensão, potência, vazão, altura manométrica, resistência dos materiais e adequação à finalidade específica de cada modelo.
- 4.20. As bombas trifásicas, monofásicas, descartáveis, rebobináveis e submersíveis para água suja deverão ser entregues em conformidade com as especificações de tensão e potência exigidas, sendo indispensável a compatibilidade com a infraestrutura elétrica e com as condições de uso da unidade.
- 4.21. Nos casos em que a Administração tenha indicado a necessidade de modelos rebobináveis, essa característica deverá ser observada como requisito funcional relevante, tendo em vista a possibilidade de manutenção corretiva e o prolongamento da vida útil do equipamento.
- 4.22. O kit bomba solar deverá ser fornecido de forma completa, com painel, controlador e demais componentes necessários ao funcionamento do sistema, não se admitindo solução incompleta que exija complementação posterior para sua instalação ou operação.
- 4.23. A tela de sombreamento deverá possuir material de alta resistência, proteção contra radiação solar, resistência mecânica, propriedades antifúngicas e estrutura reforçada nas extremidades, de forma a suportar uso externo e exposição prolongada às condições climáticas.
- 4.24. Todos os itens deverão ser entregues acompanhados, quando couber, de manuais, catálogos, certificados de garantia, instruções de uso, notas técnicas e demais documentos necessários à correta identificação, operação, instalação e manutenção.
- 4.25. O prazo de garantia deverá ser de, no mínimo, 12 meses, ou superior, quando oferecido pelo fabricante, contado a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou falhas de funcionamento.
- 4.26. Durante o prazo de garantia, a contratada deverá promover, sem ônus para a Administração, a substituição, reparação ou correção de item com defeito, avaria, vício, desconformidade ou desempenho insatisfatório decorrente de falha de fabricação ou inadequação ao especificado.
- 4.27. Os materiais deverão ser entregues na Coudelaria de Rincão, correndo por conta da contratada todos os custos com frete, transporte, carga, descarga, seguro e demais despesas necessárias ao adimplemento contratual.
- 4.28. O recebimento dos bens deverá observar a conferência quantitativa e qualitativa, com verificação de conformidade entre o produto entregue e as especificações exigidas, podendo a Administração recusar itens em desacordo, danificados, incompletos ou com indícios de uso anterior.
- 4.29. Quando necessário à verificação da conformidade, a Administração poderá exigir do fornecedor catálogo técnico, ficha técnica, prospecto, manual do fabricante ou documento equivalente, para comprovação objetiva das especificações ofertadas, especialmente nos itens de maior complexidade técnica.

4.30. Não será admitido o fornecimento de produtos reconicionados, remanufaturados, usados, improvisados ou sem identificação clara de fabricante, marca, modelo ou referência técnica, quando aplicável.

4.31. Os bens deverão observar, sempre que cabível, requisitos de sustentabilidade, priorizando-se materiais duráveis, passíveis de manutenção, com maior vida útil, menor geração de resíduos e melhor eficiência operacional, sem prejuízo da competitividade e da economicidade.

4.32. A contratação não envolve prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, consistindo no fornecimento de bens cujas características podem ser descritas objetivamente, com base em especificações usuais de mercado e nas necessidades técnicas da Administração.

4.33. Os requisitos aqui estabelecidos visam assegurar que os bens adquiridos sejam aptos ao atendimento das demandas da Coudelaria de Rincão, com desempenho compatível com a realidade operacional da unidade, reduzindo riscos de ineficiência, incompatibilidade técnica, baixa durabilidade ou comprometimento das atividades institucionais.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi realizado com a finalidade de identificar soluções disponíveis para o atendimento da necessidade administrativa, bem como subsidiar a definição das especificações técnicas dos itens e a estimativa do valor da contratação.

5.2. A análise contemplou bens disponíveis no mercado compatíveis com o objeto pretendido, abrangendo implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional voltados às atividades desenvolvidas pela Coudelaria de Rincão, observadas as especificações técnicas mínimas definidas pela Administração.

5.3. Para fins de formação da estimativa de preços, foram consideradas referências obtidas em pesquisas realizadas pela Administração, com utilização de parâmetros compatíveis com os objetos pretendidos e com as condições estabelecidas para a presente contratação, nos termos da legislação aplicável.

5.4. O levantamento evidenciou a existência de fornecedores aptos ao atendimento da demanda, bem como a disponibilidade, em mercado, de bens com características semelhantes às pretendidas, passíveis de descrição objetiva e com padrões usuais de comercialização, o que demonstra a viabilidade de competição.

5.5. Verificou-se, contudo, que os itens analisados apresentam variações relevantes de capacidade, potência, dimensões, estrutura, material, desempenho e condições de fornecimento, circunstância que reforça a necessidade de definição precisa das especificações técnicas mínimas, a fim de assegurar a compatibilidade dos bens com a realidade operacional da unidade.

5.6. O levantamento considerou, ainda, as particularidades da Coudelaria de Rincão, especialmente sua localização em área rural, a grande extensão territorial sob sua responsabilidade e as limitações logísticas de acesso, fatores que interferem na adequação dos bens pretendidos e na composição dos custos relacionados ao fornecimento.

5.7. Nesse contexto, constatou-se que a adequada delimitação dos requisitos técnicos mostra-se indispensável para evitar a aquisição de bens inadequados, com desempenho insuficiente, baixa durabilidade ou incompatibilidade com as atividades desenvolvidas pela Administração.

5.8. A análise de mercado também permitiu verificar que a contratação pode ser estruturada de forma a preservar a competitividade e a vantajosidade, desde que observadas especificações compatíveis com a necessidade administrativa e critérios objetivos de aceitação dos produtos ofertados.

5.9. Assim, conclui-se que o mercado dispõe de soluções aptas ao atendimento da demanda administrativa, sendo viável a contratação dos itens pretendidos em condições compatíveis com o interesse público, observados os requisitos técnicos estabelecidos pela Administração e a estimativa de valor consolidada no processo.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na eventual aquisição de implementos agrícolas, equipamentos de apoio operacional e itens auxiliares de manejo rural destinados ao atendimento das necessidades da Coudelaria de Rincão, compreendendo bens novos, sem uso anterior, com especificações técnicas compatíveis com as atividades desenvolvidas em ambiente rural.

6.2. A contratação tem por objetivo assegurar condições adequadas à execução das atividades institucionais da unidade, especialmente no que se refere ao manejo agropecuário, à conservação e manutenção de áreas, ao transporte interno de materiais, à distribuição de insumos, à comunicação em campo, ao abastecimento hídrico, à suplementação mineral animal, à aplicação de insumos e ao suporte às rotinas operacionais.

6.3. A solução compreende itens distintos, porém complementares, voltados ao fortalecimento da capacidade operacional da Coudelaria de Rincão, de modo a permitir o atendimento mais eficiente, contínuo e adequado das demandas inerentes à sua realidade territorial, logística e funcional.

6.4. As roçadeiras agrícolas de arrasto destinam-se à manutenção e ao controle da vegetação em áreas extensas, contribuindo para a conservação dos espaços utilizados nas atividades da unidade, bem como para a melhoria das condições de circulação, manejo e segurança operacional.

6.5. O distribuidor de fertilizantes destina-se ao apoio das atividades agropecuárias, proporcionando maior eficiência na aplicação de insumos e melhor aproveitamento dos meios mecanizados disponíveis.

6.6. O guincho agrícola tem por finalidade auxiliar na movimentação de cargas e materiais empregados nas rotinas da unidade, contribuindo para maior agilidade, segurança e racionalização do esforço operacional.

6.7. As carretas agrícolas destinam-se ao transporte interno de insumos, equipamentos, materiais e demais cargas necessárias ao funcionamento da Coudelaria, favorecendo maior eficiência na execução das atividades em sua extensa área territorial.

6.8. O sistema de GPS agrícola visa proporcionar maior precisão no deslocamento e na execução das atividades em campo, especialmente em áreas amplas, favorecendo melhor controle operacional, racionalização de trajetos e uso mais eficiente dos equipamentos.

6.9. Os equipamentos de radiocomunicação destinados aos tratores buscam fortalecer a comunicação entre os diversos pontos de atuação da unidade, permitindo maior articulação entre operadores, equipes de apoio e setores envolvidos nas atividades realizadas em campo, aspecto especialmente relevante diante da extensão da área e das dificuldades de deslocamento.

6.10. Os sopradores costais destinam-se à limpeza e à organização de áreas externas, pátios, vias e espaços de circulação, promovendo melhores condições de conservação e apoio às atividades administrativas e operacionais.

6.11. Os sopradores a bateria destinam-se ao apoio às atividades de limpeza e manutenção em áreas, instalações e estruturas que demandem maior praticidade operacional, mobilidade e redução do uso de equipamentos a combustão em determinadas rotinas da unidade.

6.12. As motosserras destinam-se ao corte de materiais lenhosos e à execução de serviços que demandem intervenção direta na vegetação, contribuindo para a manutenção de áreas e para o adequado funcionamento da unidade.

6.13. As roçadeiras manuais destinam-se ao manejo da vegetação em locais de difícil acesso ou que exijam maior precisão na execução do serviço, complementando a atuação dos implementos mecanizados e ampliando a capacidade operacional da unidade.

6.14. O pulverizador costal destina-se ao apoio às atividades de aplicação de insumos e manejo em campo, permitindo maior flexibilidade operacional em tarefas localizadas ou de menor escala, complementando os meios disponíveis pela Administração.

- 6.15. No que se refere ao abastecimento hídrico e ao manejo de água, a solução contempla diferentes modelos de bombas, destinados a atender necessidades de bombeamento, distribuição e disponibilização de água em pontos diversos da área sob responsabilidade da Coudelaria.
- 6.16. A aquisição desses equipamentos mostra-se essencial para assegurar o fornecimento de água nas atividades rotineiras e operacionais da unidade, especialmente naquelas relacionadas ao manejo dos equinos, à higienização de instalações e ao funcionamento de estruturas indispensáveis ao apoio veterinário e agropecuário.
- 6.17. Destaca-se, nesse contexto, a necessidade de disponibilização contínua de água na enfermaria, onde são realizados procedimentos de tratamento específico dos animais, bem como em outros espaços diretamente ligados ao cuidado, à contenção, ao manejo e à preservação do bem-estar dos equinos.
- 6.18. A adequada distribuição de água nas instalações da unidade constitui, igualmente, condição essencial ao bem-estar de militares e equinos, sendo indispensável ao desenvolvimento regular das atividades, à manutenção das condições sanitárias e ao funcionamento apropriado dos espaços de trabalho, apoio e permanência.
- 6.19. A diversidade de modelos de bombas incluídos na solução decorre da necessidade de atender distintas condições de uso, tensões elétricas, profundidades, vazões e finalidades operacionais, assegurando maior adequação técnica às realidades encontradas na unidade.
- 6.20. O kit bomba solar representa alternativa complementar voltada ao fornecimento de solução de bombeamento com aproveitamento de energia solar, especialmente útil em situações que demandem maior autonomia operacional, ampliação do acesso à água em pontos específicos e racionalização do consumo energético.
- 6.21. Também integra a solução a aquisição de cochos saleiros de concreto, destinados à adequada disponibilização de suplemento mineral aos animais, com estrutura compatível com o uso contínuo a céu aberto e com as condições operacionais da unidade.
- 6.22. Também integra a solução a aquisição de telas de sombreamento, destinadas a proporcionar proteção contra intempéries, como chuvas, ventos e incidência solar intensa, promovendo melhores condições de bem-estar para militares e equinos durante as atividades de manejo.
- 6.23. As telas de sombreamento visam assegurar condições mais adequadas de permanência nos ambientes de trabalho e manejo, contribuindo para maior conforto, proteção e funcionalidade nas rotinas desenvolvidas na unidade, sobretudo em atividades realizadas a céu aberto e sujeitas a variações climáticas.
- 6.24. A solução não demanda desenvolvimento de tecnologia inédita, adaptação complexa ou prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, consistindo no fornecimento de bens com características objetivamente definíveis, disponíveis no mercado e aptos ao atendimento das necessidades administrativas identificadas.
- 6.25. Considerando as condições de acesso à Coudelaria de Rincão, situada em área rural e atendida por vias sem pavimentação, com dificuldades logísticas acentuadas em períodos chuvosos em razão da má conservação das estradas, a solução deverá contemplar bens compatíveis com contexto operacional mais severo, bem como logística de entrega ajustada às particularidades da unidade.
- 6.26. A solução proposta mostra-se adequada por reunir, em um único planejamento, os itens necessários ao fortalecimento da capacidade operacional da Coudelaria de Rincão, permitindo à Administração atender suas demandas com maior eficiência, continuidade, racionalidade e adequação às condições concretas de funcionamento da Organização Militar.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base no levantamento realizado pela unidade demandante, consideradas as necessidades operacionais da Coudelaria de Rincão, a extensão de sua área territorial, a diversidade das atividades desenvolvidas em ambiente rural e a necessidade de preservação de sua capacidade operacional.

7.2. Para a definição dos quantitativos, foram considerados, de forma conjugada, o histórico de aquisições anteriores, a necessidade administrativa identificada pela unidade e a previsão de recursos para atendimento da demanda, buscando-se compatibilizar o planejamento da contratação com a realidade operacional da Coudelaria.

7.3. A estimativa contempla conjunto de itens destinados ao suporte das atividades de manejo, conservação de áreas, transporte interno de materiais, comunicação em campo, abastecimento hídrico, suplementação mineral animal, aplicação de insumos e apoio às rotinas institucionais da unidade.

7.4. No que se refere aos implementos agrícolas, os quantitativos foram fixados em patamar compatível com a necessidade de aparelhamento mínimo da unidade para a execução das atividades mecanizadas e de apoio logístico em campo, observadas as peculiaridades da área rural sob responsabilidade da Administração.

7.5. Em relação aos equipamentos de apoio tecnológico e de comunicação, a estimativa foi definida em nível compatível com a necessidade de suporte às atividades em campo e à articulação entre os diversos pontos de atuação da unidade, considerada a extensão territorial da Coudelaria e a dinâmica de suas operações.

7.6. Quanto aos equipamentos motorizados destinados à manutenção, limpeza, conservação de áreas e manejo operacional, a estimativa foi estabelecida com base na frequência de uso, na necessidade de atendimento simultâneo de frentes de serviço e na conveniência de disponibilização de meios adequados às diferentes rotinas desenvolvidas na unidade.

7.7. No tocante ao abastecimento hídrico e ao manejo de água, os quantitativos foram definidos em função da necessidade de disponibilização e distribuição de água em diferentes instalações, setores e pontos de apoio da Coudelaria, inclusive em espaços destinados ao manejo e ao tratamento dos equinos.

7.8. Para os itens auxiliares de manejo rural e apoio operacional, a estimativa foi estabelecida em conformidade com as demandas práticas identificadas pela unidade requisitante, abrangendo soluções voltadas à suplementação mineral animal, à aplicação de insumos e à manutenção rotineira de áreas e instalações.

7.9. A definição dos quantitativos observou, ainda, critérios de racionalidade administrativa, economicidade e adequação ao contexto operacional da unidade, evitando tanto o subdimensionamento, que poderia comprometer o desempenho das atividades institucionais, quanto o superdimensionamento, incompatível com o interesse público.

7.10. Os quantitativos estimados representam a expectativa de demanda da Administração, formulada com base em critérios técnicos e operacionais, não gerando obrigação de aquisição integral dos itens previstos.

7.11. A eventual contratação dos quantitativos estimados permanecerá condicionada à necessidade administrativa efetivamente verificada e à descentralização dos recursos correspondentes, observadas a conveniência administrativa, a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 640.069,06

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada pela Administração, observados os parâmetros previstos no art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável, consideradas as especificações técnicas adotadas para a presente contratação.

8.2. Para a definição dos valores de referência, foi adotada metodologia compatível com as características dos bens pretendidos, com utilização de critérios aptos a preservar a homogeneidade dos dados coletados e a confiabilidade do orçamento estimativo.

8.3. Na composição da estimativa, foram consideradas, ainda, as particularidades logísticas da Coudelaria de Rincão, situada em área rural, com acesso por vias não pavimentadas e dificuldades de deslocamento, especialmente para a entrega de bens de maior porte, circunstâncias que influenciam a formação dos preços praticados no mercado.

8.4. Também foram levados em conta aspectos relacionados à durabilidade, à eficiência e à adequação dos equipamentos ao uso contínuo em ambiente rural, fatores que repercutem na avaliação de vantajosidade da solução pretendida.

8.5. Para fins de planejamento administrativo, considera-se como referência estimativa global o montante de R\$ 640.069,06 (seiscentos e quarenta mil, sessenta e nove reais e seis centavos), a ser utilizado como parâmetro orientador da instrução do feito.

8.6. O valor estimado constitui elemento orientador do planejamento e não gera obrigação de aquisição integral dos quantitativos previstos, permanecendo a efetiva contratação condicionada à necessidade administrativa, à conveniência do serviço e à descentralização dos recursos correspondentes.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, as compras deverão observar, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade e ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.

9.2. No caso em análise, a solução pretendida é composta por bens de naturezas distintas, com funcionalidades próprias e características técnicas individualizadas, embora todos destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Coudelaria de Rincão.

9.3. Considerando a diversidade dos itens que integram a presente contratação, verifica-se que o parcelamento mostra-se adequado, uma vez que permite a adjudicação por item, sem comprometimento da funcionalidade da solução como um todo, favorecendo a ampliação da competitividade e a participação de maior número de fornecedores.

9.4. O parcelamento do objeto também contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, na medida em que possibilita a disputa individualizada entre fornecedores especializados em diferentes segmentos do mercado, sem impor restrição indevida à competitividade.

9.5. Não se identificou, no presente caso, necessidade técnica de agrupamento obrigatório dos itens, tampouco interdependência que imponha o fornecimento conjunto como condição para o adequado atendimento da necessidade administrativa.

9.6. Assim, conclui-se que a solução admite parcelamento, sendo recomendável a adoção de julgamento por item, por se tratar de medida compatível com a natureza dos bens a serem adquiridos, com a ampliação da competitividade e com a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se identificam, no presente caso, contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à viabilização da solução proposta.

10.2. Os itens contemplados neste Estudo Técnico Preliminar possuem funcionalidade própria e podem ser adquiridos de forma independente, sem necessidade de contratação vinculada para que atendam à finalidade pretendida pela Administração.

10.3. Eventuais demandas futuras relacionadas à manutenção, reposição ou complementação dos bens poderão ser tratadas oportunamente em procedimentos próprios, caso venham a ser identificadas pela Administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação encontra-se alinhada ao planejamento da Administração, por decorrer de demanda vinculada à manutenção da capacidade operacional da Coudelaria de Rincão e ao adequado suporte às atividades desenvolvidas em ambiente rural.

11.2. A solução pretendida mostra-se compatível com as necessidades institucionais da unidade e guarda consonância com os instrumentos de planejamento vigentes, notadamente o Plano de Contratações Anual, o Plano de Gestão Ambiental e o Plano de Logística Sustentável.

11.3. O alinhamento decorre do fato de a contratação contribuir para o aparelhamento da Organização Militar, para a continuidade das atividades institucionais e para a adoção de medidas compatíveis com a realidade operacional, logística e ambiental da unidade.

11.4. Desse modo, a contratação revela-se compatível com o interesse público e com o planejamento administrativo da unidade, sem prejuízo da observância da disponibilidade orçamentária e da descentralização dos recursos correspondentes.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação tem por finalidade assegurar condições adequadas ao desenvolvimento das atividades executadas pela Coudelaria de Rincão, mediante a disponibilização de implementos agrícolas, equipamentos de apoio operacional e itens auxiliares de manejo rural compatíveis com as necessidades da unidade.

12.2. Entre os benefícios esperados, destaca-se a garantia de suporte material para a execução das atividades de manejo, conservação de áreas, transporte interno de materiais, comunicação em campo, abastecimento hídrico, suplementação mineral animal, aplicação de insumos e apoio às rotinas agropecuárias e operacionais.

12.3. Em relação a determinados itens, a contratação não representa apenas aprimoramento da estrutura existente, mas medida necessária ao suprimento de insuficiência ou inadequação de meios identificada pela unidade requisitante, cuja permanência pode comprometer a continuidade das atividades, a eficiência operacional e o adequado atendimento das demandas institucionais.

12.4. A disponibilização dos bens pretendidos contribuirá para a redução de prejuízos decorrentes da limitação de meios materiais, do desgaste de equipamentos, da inadequação de recursos disponíveis e das dificuldades logísticas enfrentadas pela Organização Militar em razão de sua localização e extensão territorial.

12.5. No tocante ao abastecimento hídrico, a contratação busca assegurar condições adequadas de disponibilização e distribuição de água nas instalações da unidade, inclusive em espaços diretamente relacionados ao manejo e ao tratamento dos equinos, como a enfermaria, favorecendo o funcionamento regular das atividades e a manutenção das condições de bem-estar de militares e animais.

12.6. No âmbito do manejo rural e agropecuário, a contratação também tende a promover melhores condições de apoio às rotinas de suplementação mineral animal, aplicação localizada de insumos, limpeza e conservação de áreas e instalações, ampliando a funcionalidade dos meios disponíveis e a capacidade de resposta da unidade diante de suas demandas ordinárias.

12.7. Quanto às telas de sombreamento, espera-se proporcionar proteção contra intempéries durante as atividades realizadas a céu aberto, contribuindo para condições mais adequadas de permanência, manejo e bem-estar de militares e equinos.

12.8. A contratação também tende a promover maior eficiência na execução das atividades institucionais, com melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, maior adequação dos equipamentos às finalidades pretendidas e redução de soluções improvisadas ou operacionalmente menos vantajosas.

12.9. De forma geral, os benefícios esperados concentram-se no fortalecimento da capacidade operacional da Coudelaria de Rincão, na melhoria das condições materiais de execução das atividades institucionais e na maior aderência entre os meios disponibilizados e a realidade concreta de funcionamento da unidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a viabilização da contratação, deverão ser adotadas as providências administrativas necessárias à regular instrução do processo, com a consolidação dos documentos técnicos, definição das especificações dos itens, elaboração do Termo de Referência e demais peças pertinentes.

13.2. Deverá ser promovida a adequada consolidação da demanda, com conferência dos quantitativos, das especificações técnicas e dos valores estimados constantes dos documentos que instruem a contratação, inclusive quanto aos itens acrescidos durante a fase de planejamento.

13.3. Também deverão ser observadas as providências relacionadas ao planejamento da aquisição, à verificação da disponibilidade orçamentária, à descentralização dos recursos e à adoção das medidas necessárias à regular tramitação do procedimento.

13.4. Após a formalização da contratação, caberá à Administração adotar as medidas pertinentes ao recebimento, conferência e controle dos bens adquiridos, de modo a assegurar sua conformidade com as especificações exigidas e sua adequada destinação às atividades da unidade.

13.5. Não se identificam, no momento, providências de infraestrutura, adaptação física relevante ou capacitação prévia obrigatória como condição para a viabilização da solução, sem prejuízo de orientações operacionais que se mostrem necessárias por ocasião do recebimento e utilização dos equipamentos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação envolve potenciais impactos ambientais inerentes ao fornecimento, ao transporte, à utilização e à manutenção dos implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional, especialmente quanto ao consumo de combustíveis, energia elétrica, lubrificantes e demais insumos necessários ao funcionamento dos bens.

14.2. Entre os impactos ambientais potencialmente associados à utilização dos itens, destacam-se a emissão de gases decorrente do uso de equipamentos motorizados e do deslocamento de máquinas, o consumo de energia elétrica nos sistemas de bombeamento, a geração de resíduos oriundos da manutenção e substituição de peças, o desgaste de componentes mecânicos e a necessidade de destinação final ambientalmente adequada de materiais ao término de sua vida útil.

14.3. Também devem ser considerados os efeitos indiretos relacionados ao uso inadequado ou à insuficiência de equipamentos, como retrabalho, maior tempo de operação, consumo excessivo de combustível, deslocamentos desnecessários, desperdício de água e energia e menor eficiência na execução das atividades desenvolvidas pela unidade.

14.4. Não obstante, a solução pretendida guarda consonância com as diretrizes do Plano de Gestão Ambiental da Coudelaria de Rincão, na medida em que busca substituir a insuficiência ou inadequação de meios por equipamentos tecnicamente compatíveis com as atividades executadas, favorecendo maior eficiência sustentável no desempenho das rotinas institucionais.

14.5. No caso dos implementos agrícolas, a adequação dos itens tende a proporcionar maior precisão e produtividade nas operações, com redução de retrabalho, de tempo de uso dos tratores e, conseqüentemente, do consumo de combustível e da emissão associada às atividades mecanizadas.

14.6. Em relação aos equipamentos motorizados, como roçadeiras manuais, motosserras e sopradores, embora seu funcionamento implique consumo de combustível e geração de ruído, a utilização de equipamentos compatíveis com

a finalidade pretendida favorece maior rendimento por operação, menor esforço improdutivo e execução mais eficiente dos serviços, com reflexos positivos sobre o uso racional dos recursos.

14.7. No que se refere às bombas e ao kit bomba solar, os impactos potenciais estão relacionados ao consumo de energia elétrica, à manutenção dos equipamentos e à eventual substituição de componentes. Em contrapartida, sua adequada especificação contribui para maior eficiência no bombeamento e na distribuição de água, evitando desperdícios, reduzindo falhas operacionais e assegurando melhor aproveitamento dos recursos hídricos e energéticos.

14.8. O kit bomba solar, em especial, apresenta ganho ambiental relevante ao possibilitar o uso de fonte renovável de energia em determinadas aplicações, reduzindo a dependência exclusiva de energia elétrica convencional e contribuindo para maior racionalidade no consumo energético da unidade.

14.9. A utilização de sistema de GPS agrícola e de equipamentos de radiocomunicação também pode gerar ganhos ambientais indiretos, ao favorecer deslocamentos mais precisos, melhor coordenação das atividades em campo, redução de percursos desnecessários e uso mais eficiente dos meios mecanizados, com potencial diminuição do consumo de combustível.

14.10. As telas de sombreamento, embora demandem futura gestão quanto à durabilidade e à destinação final do material, promovem ganhos relacionados à proteção contra intempéries e à melhoria das condições de permanência de militares e equinos durante as atividades de manejo, contribuindo para o bem-estar e para a funcionalidade dos espaços utilizados a céu aberto.

14.11. Sob a perspectiva da gestão ambiental, os impactos associados à contratação podem ser mitigados mediante a adoção de bens duráveis, passíveis de manutenção, com maior vida útil, adequados ao uso institucional e acompanhados de práticas voltadas ao correto uso, armazenamento, manutenção e descarte de peças, componentes e materiais.

14.12. Assim, embora existam impactos ambientais inerentes à natureza dos bens a serem adquiridos, a contratação tende a gerar resultado ambientalmente mais eficiente do que a manutenção de cenário de carência ou inadequação de meios, na medida em que favorece a redução de desperdícios, o uso mais racional de combustível, energia e água, e a melhoria da eficiência sustentável das atividades desenvolvidas pela Coudelaria de Rincão.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.2. A solução proposta mostra-se adequada ao atendimento das necessidades da Coudelaria de Rincão, sendo compatível com suas atividades institucionais e com a realidade operacional da unidade.

15.3. Verificou-se que os requisitos da contratação podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais de mercado e nas necessidades da Administração.

15.4. A modelagem adotada revela-se compatível com o interesse público, com a ampliação da competitividade e com a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

15.5. Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida, por se mostrar necessária, adequada e compatível com o interesse público, sem prejuízo de que sua efetiva execução permaneça condicionada à disponibilidade orçamentária, à descentralização dos recursos correspondentes e à observância das demais exigências legais aplicáveis.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente
GABRIEL FRANKE BRIXNER
Data: 03/06/2026 16:26:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GABRIEL FRANKE BRIXNER

Equipe de planejamento da contratação



Documento assinado digitalmente
GUSTAVO DOS SANTOS ROSA
Data: 05/06/2026 12:58:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GUSTAVO DOS SANTOS ROSA

Equipe de planejamento da contratação



MARIANO PESCE FERREIRA DA COSTA MENEZES

Equipe de planejamento da contratação

COUDELARIA DE RINCAO/RS

Matriz de Gerenciamento de Riscos 15/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
15/2026	ALANA PAVANELO SIMMI	02/06/2026 12:42
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Eventual aquisição de implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional.		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Pesquisa de preços inadequada	Pesquisa de preços com fontes insuficientes ou incompatíveis com as especificações dos itens.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Sobrepço ou inexequibilidade do valor estimado da contratação.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar pesquisa de preços utilizando múltiplas fontes, observando os parâmetros da IN SEGES/ME nº 65/2021 e verificando a compatibilidade das especificações dos itens pesquisados.					
Ações de Contingência						
C-01	Revisar a pesquisa de preços, realizar novas consultas ao mercado e republicar o certame, se necessário.					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Especificação inadequada dos itens.	Descrição incompleta ou insuficiente das características técnicas dos equipamentos a serem adquiridos.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Aquisição de equipamentos incompatíveis com as necessidades da Administração ou fracasso da licitação.					
Ações Preventivas						
P-01	Elaborar especificações técnicas detalhadas com base no ETP, nas necessidades da Unidade e em consulta ao mercado fornecedor. Responsável: ALANA PAVANELO SIMMI					
Ações de Contingência						
C-01	Promover retificação do Termo de Referência e do Edital, com reabertura dos prazos legais, quando necessário. Responsável: EDUARDO GABRIEL CARPENEDO					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Seleção de fornecedor sem capacidade técnica compatível com o objeto.	Análise insuficiente da documentação de habilitação e da capacidade técnica apresentada pelo licitante.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atrasos na entrega, descumprimento contratual e necessidade de substituição do fornecedor.					
Ações Preventivas						
P-01	Exigir documentação de habilitação compatível com o objeto e realizar diligências para esclarecimento de informações, quando necessário.			Responsável: EDUARDO GABRIEL CARPENEDO		
Ações de Contingência						
C-01	Inabilitar o licitante e convocar o próximo classificado, observada a ordem de classificação.			Responsável: EDUARDO GABRIEL CARPENEDO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Fracasso ou baixa competitividade	Exigências excessivas, especificações restritivas	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

certame. ou pesquisa de mercado inadequada.

Impactos	
1	Licitação deserta, fracassada ou obtenção de propostas com preços superiores aos estimados.
Ações Preventivas	
P-01	Realizar ampla pesquisa de mercado e elaborar especificações sem restrição indevida à competitividade. Responsável: EDUARDO GABRIEL CARPENEDO
Ações de Contingência	
C-01	Revisar as condições do certame, atualizar a pesquisa de preços e promover nova licitação. Responsável: EDUARDO GABRIEL CARPENEDO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Recebimento de Falhas na conferência do recebimento e material em desacordo com o contratado.	verificação das especificações dos bens entregues.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	


Impactos	
1	Prejuízo às atividades operacionais da Administração e atraso na utilização dos equipamentos adquiridos.
Ações Preventivas	
P-01	Realizar conferência detalhada dos materiais recebidos, verificando marca, modelo e especificações previstas no Termo de Referência. Responsável: GABRIEL FRANKE BRIXNER
Ações de Contingência	
C-01	Rejeitar o material recebido em desconformidade e exigir a substituição do objeto, conforme previsto no Edital e no Termo de Referência. Responsável: GABRIEL FRANKE BRIXNER

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.


5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **ALANA PAVANELO SIMMI**
Data: 05/06/2026 17:59:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALANA PAVANELO SIMMI


Equipe de planejamento da contratação

Documento assinado digitalmente
 **THAIS TRINDADE VICOSA**
Data: 07/06/2026 11:44:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

THAIS TRINDADE VICOSA

Equipe de planejamento da contratação

Gestão de Contrato

Documento assinado digitalmente
 **GABRIEL FRANKE BRIXNER**
Data: 03/06/2026 16:26:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GABRIEL FRANKE BRIXNER

Equipe de planejamento da contratação

COUDELARIA DE RINCAO/RS

Termo de Referência 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	160514-COUDELARIA DE RINCAO/RS	ALANA PAVANELO SIMMI	03/06/2026 19:05 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64442.003379/2025-50

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64442.003379/2025-50)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional destinados à Coudelaria de Rincão, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Roçadeira de arrasto tracionada por trator, com acionamento das facas pelo diferencial por meio das rodas, desligamento automático da transmissão em freadas bruscas, dispositivo de desacoplamento da catraca para transporte, altura de corte regulável, regulagem de correias, engate traseiro, largura mínima de corte de 1.700 mm, mínimo de 2 facões, altura mínima de corte entre 120 mm e 310 mm, compatível com trator de potência aproximada de 80 CV, largura total	610078	Unidade	2	R\$ 46.263,33	R\$ 92.526,66

	aproximada de 2.150 mm, altura total aproximada de 1.120 mm, comprimento mínimo de 3.100 mm, kit transporte e suporte com 4 facas, garantia mínima de 12 meses.					
2	Distribuidor de fertilizantes com reservatório em polietileno, capacidade mínima de 1.300 litros, discos, protetor, parafusos, comportas e fechamento inferior em aço inoxidável, agitador oscilante vedado, largura de distribuição entre 18 e 36 metros, comportas com regulagem para baixas dosagens com precisão, sistema de engate de três pontos categoria II, rotação de entrada TDP de 540 RPM, massa aproximada de 300 kg, compatível com tratores dotados de sistema hidráulico com capacidade mínima de 2.500 kg, garantia mínima de 12 meses.	619578	Unidade	2	R\$ 40.906,75	R\$ 81.813,50
3	Guincho agrícola para transporte e elevação de big bags, com chassi regulável, pneus novos, lança móvel hidráulica, giro hidráulico da lança, guincho de 4 pontas, elevação máxima aproximada de 6.170 mm, torre com altura aproximada de 3.450 mm, largura regulável entre rodas, alcance regulável, capacidade mínima de carga de 2.000 kg com lança recolhida e 1.000 kg com lança estendida, garantia mínima de 12 meses.	613993	Unidade	1	R\$ 24.990,00	R\$ 24.990,00
	Carreta agrícola com capacidade mínima de 4 toneladas, estrutura em madeira ou material de					

4	resistência equivalente ou superior, laterais móveis, extremidades reforçadas, dimensões aproximadas de 1,90 m de largura, 3,20 m de comprimento e 0,60 m de altura, volume mínimo aproximado de 3,65 m³, rodado compatível com a capacidade de carga, pneus novos ou em condições de primeiro uso, garantia mínima de 12 meses.	601582	Unidade	1	R\$ 16.186,67	R\$ 16.186,67
5	Carreta agrícola com capacidade mínima de 8 toneladas, estrutura em madeira ou material de resistência equivalente ou superior, laterais móveis, extremidades reforçadas, dimensões aproximadas de 2,10 m de largura, 4,15 m de comprimento e 0,60 m de altura, volume mínimo aproximado de 5,40 m³, rodado compatível com a capacidade de carga, pneus novos ou em condições de primeiro uso, garantia mínima de 12 meses.	614370	Unidade	1	R\$ 41.426,30	R\$ 41.426,30
6	Carreta agrícola com capacidade mínima de 6 toneladas, estrutura em madeira ou material de resistência equivalente ou superior, laterais móveis, extremidades reforçadas, dimensões aproximadas de 2,10 m de largura, 4,00 m de comprimento e 0,60 m de altura, volume mínimo aproximado de 5,16 m³, rodado compatível com a capacidade de carga, pneus novos ou em condições de primeiro uso, garantia mínima de 12 meses.	608948	Unidade	1	R\$ 25.763,33	R\$ 25.763,33
	Conjunto monitor de GPS agrícola composto por computador de bordo com					

7	tela touch de, no mínimo, 7 polegadas, barra de luz integrada ou recurso equivalente de orientação, antena GPS /GLONASS ou sistema equivalente de posicionamento, cabeamento de alimentação e antena, suporte de fixação tipo ventosa ou sistema equivalente, compatível com uso em máquinas agrícolas, garantia mínima de 12 meses.	603487	Unidade	2	R\$ 16.150,00	R\$ 32.300,00
8	Soprador costal a gasolina, com cilindrada mínima de 56 cm³, potência mínima de 2,5 kW, vazão mínima de ar compatível com uso profissional, velocidade mínima do ar de 75 m/s, força de sopro mínima de 18 N, peso máximo recomendado de 11 kg, nível de potência sonora máximo de 108 dB(A), destinado à limpeza de áreas externas, pátios, vias internas e instalações rurais, garantia mínima de 12 meses.	627515	Unidade	10	R\$ 2.855,56	R\$ 28.555,60
9	Transceptor móvel dual band VHF/UHF, compacto, para uso veicular ou como estação fixa, com faixa de frequência VHF de 136 a 174 MHz e UHF de 400 a 480 MHz, mínimo de 200 canais, espaçamento de canais compatível com 25 kHz, 20 kHz e 12,5 kHz, tensão de funcionamento 13,8 V DC, recursos de CTCSS/DCS ou equivalentes, estabilidade de frequência compatível com uso operacional, faixa de temperatura de operação mínima de -20 °C a +60 °C, acompanhado de	247370	Unidade	15	R\$ 1.448,00	R\$ 21.720,00

	microfone, suporte de fixação, cabo de alimentação e acessórios necessários ao funcionamento, com homologação pela ANATEL quando exigível, garantia mínima de 12 meses.					
10	Motosserra industrial a gasolina, potência mínima de 6,8 HP, cilindrada mínima de 85 cm³, tanque de combustível com capacidade aproximada de 1 litro, sabre mínimo de 24 polegadas, destinada a uso pesado, acompanhada dos acessórios indispensáveis à operação inicial, garantia mínima de 12 meses.	623468	Unidade	2	R\$ 4.226,07	R\$ 8.452,14
11	Motosserra industrial a gasolina, potência mínima de 3,4 kW, cilindrada mínima de 59 cm³, tanque de combustível com capacidade aproximada de 0,68 litro, sabre mínimo de 50 cm, destinada a uso profissional, acompanhada dos acessórios indispensáveis à operação inicial, garantia mínima de 12 meses.	627523	Unidade	2	R\$ 2.073,48	R\$ 4.146,96
12	Roçadeira lateral profissional, com guidão para as duas mãos, motor 2 tempos a gasolina, potência mínima compatível com uso profissional rural, preferencialmente não inferior a 2,0 kW ou 2,7 HP, cilindrada compatível com corte de grama, capim, pasto, arbustos e capoeiras leves, tanque de combustível com capacidade mínima de 0,6 litro, ferramenta de corte composta por lâmina de 3 pontas ou	606342	Unidade	10	R\$ 4.050,73	R\$ 40.507,30

	sistema equivalente, diâmetro mínimo da ferramenta de corte de 300 mm, peso máximo recomendado de 10 kg, nível de pressão sonora máximo de 100 dB(A), acompanhada de cinto /suporte, lâmina, carretel ou acessório de corte compatível, kit básico de manutenção e EPIs necessários à operação inicial, garantia mínima de 12 meses.					
13	Bomba submersa para poço, tensão 220 V, potência mínima de 180 W, altura manométrica total mínima de 40 mca, profundidade de sucção de até 5 metros, conexões de 1/2" x 1/2" ou compatíveis, vazão máxima mínima de 1.080 L/h, garantia mínima de 12 meses.	634082	Unidade	10	R\$ 530,00	R\$ 5.300,00
14	Bomba submersa tipo palito para abastecimento de água, com motor blindado, tensão trifásica 380 V, frequência 60 Hz, potência mínima de 3,5 HP, vazão mínima de 4 m³/h, destinada ao abastecimento hídrico em instalações rurais, garantia mínima de 12 meses.	634082	Unidade	10	R\$ 2.051,55	R\$ 20.515,50
15	Bomba submersa tipo palito para abastecimento de água, com motor blindado, tensão monofásica 220 V, rotação aproximada de 3.450 RPM, potência mínima de 2,5 HP, vazão mínima de 2,2 m³/h, destinada ao abastecimento hídrico em instalações rurais, garantia mínima de 12 meses.	634082	Unidade	10	R\$ 1.623,09	R\$ 16.230,90
	Bomba submersível elétrica para água suja, tensão 220 V, potência					

16	mínima de 1.100 W, própria para drenagem de água com resíduos ou partículas compatíveis com a aplicação, corpo resistente à corrosão e ao uso contínuo moderado, boia ou sistema de acionamento automático quando aplicável, garantia mínima de 12 meses.	634082	Unidade	10	R\$ 1.028,58	R\$ 10.285,80
17	Bomba submersa tipo palito rebobinável para abastecimento de água, tensão trifásica 380 V, frequência 60 Hz, potência mínima de 3,5 HP, vazão mínima de 4 m³/h, motor sem blindagem permanente ou com construção que permita abertura, manutenção e rebobinagem, garantia mínima de 12 meses.	632991	Unidade	10	R\$ 4.272,99	R\$ 42.729,90
18	Bomba submersa tipo palito rebobinável para abastecimento de água, tensão monofásica 220 V, rotação aproximada de 3.450 RPM, potência mínima de 2,5 HP, vazão mínima de 2,2 m³/h, motor sem blindagem permanente ou com construção que permita abertura, manutenção e rebobinagem, garantia mínima de 12 meses.	632991	Unidade	10	R\$ 4.099,17	R\$ 40.991,70
19	Bomba submersível trifásica para água suja, potência mínima de 1 CV, tensão compatível com a rede indicada pela Administração, própria para drenagem de água com resíduos ou partículas compatíveis com a aplicação, construção resistente à corrosão e ao uso em ambiente rural, garantia mínima de 12 meses.	632991	Unidade	10	R\$ 3.229,39	R\$ 32.293,90
	Kit completo de bomba solar para abastecimento de água, composto por bomba, painel solar de					

20	potência mínima de 555 W ou conjunto de painéis com potência equivalente, controlador compatível, potência mínima da bomba de 272 W, tensão de operação compatível com o sistema, sucção de 1" BSP ou equivalente, recalque de 1" BSP ou equivalente, vazão máxima mínima de 2,2 m³/h em baixa altura manométrica, vazão mínima de 0,7 m³/h a 35 mca, carcaça resistente, rotor em bronze ou material de resistência equivalente, eixo em aço inox ou material de resistência equivalente, garantia mínima de 12 meses.	634082	Unidade	7	R\$ 2.492,20	R\$ 17.445,40
21	Tela de sombreamento em polietileno de alta resistência, bloqueio mínimo de 80% da radiação solar, dimensão de 10 m x 4 m, com reforço nas extremidades e ilhós metálicos, propriedades anti-UV, antifúngica, atóxica e permeável, com resistência adequada à tração, tensão e uso em ambiente externo, destinada à proteção contra sol, vento moderado e granizo leve.	620539	Unidade	50	R\$ 717,75	R\$ 35.887,50
22	Telêmetro a laser portátil, novo e de primeiro uso, com ampliação mínima de 6x, alcance mínimo de medição de 1.800 metros para alvos reflexivos, precisão máxima de ±1 metro, compensação de ângulo para cálculo de distância horizontal verdadeira, modo de varredura contínua, revestimento antiderrapante, design ergonômico, resistência à água, alimentação por	483586	Unidade	2	R\$ 1.871,39	R\$ 3.742,78

	bateria compatível inclusa, garantia mínima de 12 meses.					
23	Bomba submersa tipo palito para abastecimento de água, tensão monofásica 220 V, rotação aproximada de 3.450 RPM, potência mínima de 4 HP/4 CV, vazão mínima de 6 m³/h, garantia mínima de 12 meses.	634082	Unidade	3	R\$ 1.614,03	R\$ 4.842,09
24	Bomba submersa tipo palito para abastecimento de água, tensão trifásica 220 V ou conforme rede indicada pela Administração, rotação aproximada de 3.450 RPM, potência mínima de 5 HP/5 CV, vazão mínima de 7 m³/h, garantia mínima de 12 meses.	631397	Unidade	3	R\$ 6.300,00	R\$ 18.900,00
25	Roçadeira hidráulica simples, nova e de primeiro uso, para acoplamento em trator agrícola, sistema de três pontos, largura de corte mínima de 2.100 mm e máxima de 2.500 mm, sistema de corte com 2 facões/navalhas ou equivalente, compatível com trator de potência mínima de 60 CV, TDP de 540 RPM, peso aproximado entre 500 kg e 700 kg, laterais móveis, roda guia traseira com regulagem de altura, garantia mínima de 12 meses.	610078	Unidade	2	R\$ 21.900,00	R\$ 43.800,00
26	Bomba submersa tipo palito rebobinável para abastecimento de água, tensão monofásica 220 V, rotação aproximada de 3.450 RPM, potência mínima de 4 HP/4 CV, vazão mínima de 6 m³/h, motor com construção que permita abertura,	634082	Unidade	6	R\$ 3.279,64	R\$ 19.677,84

	manutenção e rebobinagem, garantia mínima de 12 meses.					
27	<p>Veículo Aéreo Não Tripulado, VANT/drone, tipo quadricóptero, novo e de primeiro uso, destinado à captação de imagens aéreas para apoio às atividades operacionais, administrativas e de instrução, com câmera de sensor mínimo de 1/2", resolução mínima de 12 MP para fotos, gravação de vídeo em 4K a 60 fps ou superior, estabilização mecânica por gimbal de no mínimo 2 eixos, autonomia mínima de voo de 18 minutos por bateria, resistência a vento de até 10 m/s, sistema de detecção de obstáculos em múltiplas direções ou sistema equivalente de segurança operacional, retorno automático ao ponto de origem em caso de perda de sinal ou bateria fraca, rastreamento autônomo de alvo, modos inteligentes de captura, transmissão de imagem com alcance mínimo de 10 km em condições ideais, controle remoto próprio, possibilidade de operação por aplicativo, protetores de hélices, armazenamento interno mínimo de 32 GB ou cartão de memória incluso, acompanhado de controle remoto, no mínimo 3 baterias, hub de carregamento, cabos, hélices reservas, homologação pela ANATEL quando aplicável e atendimento às normas de operação pertinentes.</p>	631114	Unidade	2	R\$ 10.593,83	R\$ 21.187,66
	Bomba submersa tipo palito para abastecimento					

28	de água, tensão monofásica 220 V, com 13 estágios ou configuração equivalente de desempenho, capacitor externo, 3 fios mais terra, recalque de 1 1/2" ou compatível, potência mínima de 2 CV, vazão mínima de 1,52 m³/h para altura manométrica de 121 mca, garantia mínima de 12 meses.	634082	Unidade	3	R\$ 2.914,52	R\$ 8.743,56
----	--	--------	---------	---	-----------------	-----------------

Valor total estimado: R\$ 760.962,99 (setecentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e noventa e nove centavos).

1.1.1. As especificações técnicas dos itens foram definidas com base em requisitos mínimos de desempenho, segurança, compatibilidade operacional, durabilidade e adequação ao uso rural da Coudelaria de Rincão. Não se exige marca, modelo ou fabricante específico, sendo admitidos produtos similares, equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às características mínimas descritas neste Termo de Referência. A Administração poderá solicitar catálogo, ficha técnica, manual do fabricante ou documento equivalente para verificação da conformidade do produto ofertado.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **[12 meses]** contados do(a) **[primeiro dia útil subsequente à publicação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades operacionais da Coudelaria de Rincão, garantindo a continuidade das atividades agropecuárias, do manejo animal, da manutenção das áreas de pastagem e campo nativo, do abastecimento hídrico, da conservação da infraestrutura rural e do apoio às atividades administrativas e operacionais da Organização Militar.

2.2. A aquisição dos implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional permitirá maior eficiência na execução das atividades desenvolvidas pela Coudelaria, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho, redução de custos de manutenção, aumento da produtividade e fortalecimento da capacidade operacional da Unidade.

2.3. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

3.2. A solução proposta consiste na aquisição de implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional destinados à Coudelaria de Rincão, visando atender às demandas relacionadas às atividades agropecuárias, manutenção de áreas rurais, apoio logístico, manejo animal, irrigação, conservação da infraestrutura e suporte às atividades operacionais da Organização Militar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A1]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e com as diretrizes de racionalização do uso de recursos materiais e energéticos:

4.1.1. Os bens fornecidos deverão, sempre que cabível, ser constituídos por materiais duráveis, resistentes e passíveis de manutenção, de modo a ampliar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituições frequentes;

4.1.2. Os equipamentos deverão apresentar, quando aplicável, eficiência operacional e energética compatível com a finalidade de uso, contribuindo para a redução de desperdícios de combustível, energia e demais insumos;

4.1.3. A contratada deverá orientar, quando couber, quanto ao uso, acondicionamento, manutenção e descarte ambientalmente adequado de peças, componentes, embalagens e materiais substituídos, observada a legislação aplicável.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, não se exige marca específica para os implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional, admitindo-se o fornecimento de produtos de qualquer fabricante, desde que novos e plenamente compatíveis com os tratores e sistemas de acoplamento da frota da Unidade (como sistemas hidráulicos, Tomada de Força - TDP e engates de três pontos), assegurando o pleno funcionamento, a segurança e a durabilidade exigidos.

4.2.1. Quando, por razão técnica devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a indicação de marca ou modelo for necessária para garantir a padronização logística, a compatibilidade com tecnologias já adotadas na Coudelaria ou para evitar custos excessivos de adaptação e manutenção, será admitida sua indicação como referência de qualidade ou interoperabilidade.

4.2.2. Em qualquer hipótese, poderão ser aceitos equipamentos de marcas diversas com desempenho equivalente ou superior ao padrão de referência (mesmas capacidades de carga, potência requerida, dimensões e especificações técnicas), desde que não impliquem redução de garantia, aumento de risco operacional ou necessidade de modificações estruturais nos tratores e equipamentos de apoio existentes, a critério da fiscalização técnica, com base nos catálogos e laudos apresentados pela contratada.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não será exigida marca, fabricante ou modelo específico para os bens objeto desta contratação, sendo admitidos produtos equivalentes, similares ou de qualidade superior, desde que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4 Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante, por não se tratar de contratação vinculada a marca específica ou rede autorizada, sendo suficiente que a contratada comprove capacidade técnica e operacional para fornecer os bens objeto da contratação, observadas as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência."

4.4.1. Excepcionalmente, poderá ser exigida declaração do fabricante ou de representante oficial apenas quando, no caso concreto, ficar demonstrada a indispensabilidade técnica para garantir compatibilidade, segurança, suporte oficial ou preservação de garantia do equipamento, mediante justificativa formal no processo e no instrumento de contratação, sem prejuízo da aceitação de soluções equivalentes quando tecnicamente viáveis.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, por se tratar de fornecimento de bens comuns, de execução simples e direta, cujas obrigações podem ser integralmente cumpridas pela contratada, sem necessidade de transferência parcial da execução a terceiros.

Garantia da contratação[A7]

4.6. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a natureza comum do objeto, a ausência de complexidade da execução contratual e o fato de o pagamento ocorrer somente após o recebimento dos bens pela Administração, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência:

4.7. Não se aplica margem de preferência ao objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Os bens deverão ser entregues de forma integral, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da emissão da Nota de Empenho.

5.1.1. A entrega deverá ocorrer nas instalações da Coudelaria de Rincão - UASG 160514, ERS-176, Km 86, 1º Distrito (Zona Rural), São Borja, RS, CEP 97670-000, em dias úteis e no horário de expediente.

5.1.2. Todos os custos referentes ao transporte, carregamento, descarregamento, seguro e demais despesas necessárias à perfeita entrega do objeto correrão por conta da contratada.

5.1.3. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados adequadamente e entregues em perfeitas condições de funcionamento e conservação.

5.1.4. Não serão aceitos materiais usados, remanufaturados, reconicionados ou que apresentem sinais de avarias, defeitos ou desconformidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto.

- 5.2.1. Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, a contratada deverá complementar a garantia pelo período restante.
- 5.2.2. A garantia deverá assegurar o perfeito funcionamento dos equipamentos e implementos fornecidos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.
- 5.2.3. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela manutenção corretiva dos bens, compreendendo substituição de peças, reparos, ajustes e correções necessárias ao pleno funcionamento do objeto.
- 5.2.4. As peças substituídas deverão ser novas, originais, de primeiro uso e compatíveis com as especificações técnicas do fabricante.
- 5.2.5. A contratada deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vícios ou defeitos no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação formal da Administração.
- 5.2.6. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal apresentada pela contratada e aceita pela Administração.
- 5.2.7. Na hipótese de impossibilidade temporária de reparo, a contratada deverá, quando aplicável aos equipamentos motorizados ou eletrônicos, disponibilizar equipamento equivalente ou superior para uso provisório da Administração, sem custos adicionais.
- 5.2.8. Decorrido o prazo para reparo ou substituição sem o devido atendimento, a Administração poderá providenciar os serviços necessários por terceiros, ficando a contratada responsável pelo ressarcimento integral dos custos correspondentes, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 5.2.9. O custo de transporte dos equipamentos, peças ou implementos cobertos pela garantia será de responsabilidade exclusiva da contratada.
- 5.2.10. A garantia contratual permanecerá vigente independentemente do encerramento da vigência contratual, observados os respectivos prazos de cobertura previstos neste Termo de Referência.

Obrigações Complementares da Contratada

- 5.3.1. A contratada deverá fornecer os bens completos, acompanhados de manuais de operação, certificados de garantia e demais documentos aplicáveis.
- 5.3.2. Os equipamentos que necessitem montagem, regulagem, instalação ou configuração inicial deverão ser entregues em plenas condições de funcionamento.
- 5.3.3. A contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, os itens recusados em razão de desconformidade com as especificações exigidas.
- 5.3.4. A contratada será responsável pela integridade dos bens até o recebimento definitivo pela Administração.
- 5.3.5. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar catálogo técnico, ficha técnica, prospecto ou documento equivalente para comprovação das especificações ofertadas.
- 5.3.6. Para os equipamentos eletrônicos, motorizados e drones, a contratada deverá garantir suporte técnico e disponibilidade de peças de reposição durante o período de garantia.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por militares ou servidores formalmente designados pela Administração, aos quais caberá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento dos bens, observando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.3. O recebimento dos materiais ocorrerá mediante conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues, podendo a Administração rejeitar, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas.

6.4. A contratada deverá atender às solicitações da Administração referentes à substituição, correção ou complementação dos bens entregues, sempre que constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidades.

6.5. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por meio formal, admitindo-se utilização de correio eletrônico institucional para encaminhamento de solicitações, notificações e demais tratativas relacionadas à execução contratual.

6.6. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo do objeto, à verificação da conformidade dos materiais fornecidos e à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

6.7. A fiscalização da contratação não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

6.8. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

6.9. O descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução

contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Multa moratória será aplicada multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega dos bens, calculada sobre o valor total da contratação, limitada ao máximo de 2% (dois por cento).

7.2.4.2. Multa compensatória Em caso de inexecução total ou parcial do objeto, execução com qualidade inferior à exigida ou descumprimento de obrigações contratuais, poderá ser aplicada multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da rescisão contratual e das demais sanções administrativas cabíveis.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de () dias, a contar da data do 10º dia de recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os

endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos bens fornecidos, mediante emissão de termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade, quantidade ou especificações dos bens fornecidos, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela qualidade, segurança e funcionamento dos bens fornecidos, nem a responsabilidade pela perfeita execução do objeto contratado.

8.8. Quando aplicável, as atividades de montagem, instalação, configuração, regulação ou quaisquer outras necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos correrão por conta da contratada e constituirão condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período mediante justificativa da Administração.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado contém os elementos necessários à identificação do objeto contratado, do fornecedor, dos valores devidos e demais informações exigidas pela legislação aplicável.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo após a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta ao SICAF ou aos demais meios legalmente admitidos.

8.14. A Administração verificará a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação, bem como eventual ocorrência que impeça a participação da contratada em licitações ou contratações com a Administração Pública.

8.15. Constatada irregularidade na documentação fiscal, trabalhista ou cadastral da contratada, esta será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

8.16. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas administrativas cabíveis, observados o contraditório, a ampla defesa e as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

8.17. A efetiva execução do objeto regularmente recebida pela Administração não impede a adoção das medidas previstas na legislação aplicável em razão de eventual irregularidade da contratada.

Prazo de Pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Forma de Pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

8.21. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo informado na proposta, quando houver, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por aquele regime, desde que apresente a comprovação de sua condição mediante documento oficial válido.

Antecipação de Pagamento

8.25. Não será permitida a antecipação de pagamento.

Reajuste

8.26. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação.

8.27. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.28. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

Cessão de Crédito

8.29. Eventuais cessões de crédito dependerão de prévia aprovação da Administração e observarão as disposições da legislação vigente aplicável aos contratos administrativos.

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que permanecerá sob integral responsabilidade da contratada.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

9.2 Forma de Fornecimento

9.2.1. O fornecimento dos bens ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.2.2. As aquisições serão formalizadas mediante emissão de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, contendo a indicação dos itens, quantidades e local de entrega.

9.2.3. Os bens deverão ser entregues completos, novos, sem uso anterior e em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados dos manuais, certificados de garantia e demais acessórios necessários à sua utilização, quando aplicável.

9.2.4. Os equipamentos que demandarem montagem, instalação, regulagem, configuração inicial ou testes operacionais deverão ser entregues em plenas condições de uso, sem ônus adicional para a Administração.

9.3 Critérios de Aceitabilidade da Proposta

9.3.1. Serão aceitas somente propostas compatíveis com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

9.3.2. Quando necessário à análise da proposta, a Administração poderá realizar diligências para verificação da compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações exigidas.

9.3.3. A Administração poderá solicitar catálogo, ficha técnica, manual do fabricante ou documento equivalente exclusivamente para comprovação das características técnicas dos produtos ofertados, quando houver dúvida quanto ao atendimento das especificações.

9.3.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem especificações incompatíveis com o objeto da contratação ou que não atendam às exigências mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

9.4 Habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, os licitantes deverão atender às exigências previstas no Edital e na legislação vigente.

9.4.2. A documentação de habilitação deverá observar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnico-operacional, quando aplicáveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação foi obtido mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, utilizando parâmetros admitidos pela legislação vigente e compatíveis com o objeto da contratação.

10.2. A pesquisa de preços considerou as especificações técnicas dos itens, as quantidades estimadas pela Administração e os valores praticados no mercado para bens de características semelhantes, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade.

10.3. Os valores unitários estimados e o valor global estimado da contratação constam do Mapa Comparativo de Preços e demais documentos que instruem o processo administrativo, os quais passam a integrar a presente contratação para todos os efeitos.

10.4. O valor estimado possui caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação, à verificação da disponibilidade orçamentária e à análise da compatibilidade das propostas apresentadas pelos licitantes.

10.5. Tratando-se de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, a Administração não se obriga à contratação integral das quantidades estimadas, ficando as futuras aquisições condicionadas à efetiva necessidade administrativa e à disponibilidade orçamentária.

10.6. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 760.962,99 (setecentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e noventa e nove centavos)**, conforme pesquisa de preços e mapa comparativo constante dos autos do processo administrativo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Borja, na data da assinatura eletrônica.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. São obrigações da Contratante:

1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com este Termo de Referência e seus anexos;

1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

1.3. Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada;

1.4. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos bens fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos às suas expensas;

1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação;

1.6. Efetuar o pagamento à contratada na forma e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

1.7. Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação vigente, quando cabíveis;

1.8. Fornecer à contratada as informações necessárias à adequada execução do objeto.

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. São obrigações da Contratada:

2.1.1. Fornecer os bens de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

2.1.2. Entregar produtos novos, sem uso anterior e em perfeitas condições de funcionamento;

2.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos fornecidos, nos termos da legislação aplicável;

2.1.4. Substituir, às suas expensas, os bens recusados pela Administração em razão de desconformidade com as especificações exigidas;

2.1.5. Arcar com todas as despesas relativas ao fornecimento, incluindo transporte, frete, seguros, carga, descarga e demais custos necessários à entrega dos bens;

2.1.6. Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

2.1.7. Comunicar à Administração qualquer fato que possa comprometer o fornecimento dos bens;

2.1.8. Cumprir a garantia ofertada e prestar a assistência técnica quando aplicável;

2.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do objeto.

3. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

3.1. Comete infração administrativa o licitante ou contratado que praticar quaisquer das condutas previstas nos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

4. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

4.1. As partes deverão observar e cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), relativamente aos dados pessoais a que tenham acesso em razão da contratação.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelas partes ou nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. A extinção contratual observará o contraditório e a ampla defesa, quando aplicáveis.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações da contratação reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os acréscimos e supressões observarão os limites legais aplicáveis.

7.3. As alterações que não caracterizarem modificação contratual poderão ser formalizadas por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução da contratação que não puderem ser solucionadas administrativamente.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90003/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

gov.br Documento assinado digitalmente
GABRIEL FRANKE BRIXNER
Data: 03/06/2026 22:05:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GABRIEL FRANKE BRIXNER
Equipe de planejamento da contratação

gov.br Documento assinado digitalmente
GUSTAVO DOS SANTOS ROSA
Data: 05/06/2026 12:54:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GUSTAVO DOS SANTOS ROSA
Equipe de planejamento da contratação

ASSINADO DIGITALMENTE
MARIANO PESCE FERREIRA DA COSTA MENEZES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital> SERPRO

MARIANO PESCE FERREIRA DA COSTA MENEZES
Equipe de planejamento da contratação

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Relatório emitido em 19/05/2026 15:45

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
88/2026	160514	Concluída	THAIS TRINDADE VICOSA

Título: Cópia de Pregão Implemento Agrícola e Bomba Hidráulica

Observações: Aquisição de Implementos agrícolas, bombas submersas para água e esgoto, Roçadeiras, motosserras, radiocomunicador, GPS e telas de sombreamento

Total de itens cotados: 28 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 623.739,8512

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
610078 - Roçadeira Agrícola Largura Corte: Mínimo 1700 CM, Altura Corte: 50 A 400 MM, Tipo Engate: Barra Tração , Características Adicionais: De Arrasto , Quantidade Facas: 2 UN, Potência Motor: 75 C	Unidade	2
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 45.500,0000	R\$ 46.263,3333	R\$ 46.290,0000
Coeficiente de Variação: 1,3243% Desvio Padrão: 612,6627 Maior Preço: R\$ 47.000,0000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - Compras.gov.br	135	Unidade	R\$ 46.290,0000	16/12/2025	Sim
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 45.500,0000	05/08/2025	Sim
3	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 47.000,0000	08/05/2025	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
619578 - Distribuidor Calcário Material: Plástico , Capacidade: 300 KG, Aplicação: Agricultura , Tipo: Acionamento Por Tomada Força E Levante Hidráulico , Características Adicionais: Capacidade Levante Hidráulico 1.100	Unidade	2
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 31.250,0000	R\$ 40.906,7500	R\$ 41.694,0000
Coeficiente de Variação: 16,4689% Desvio Padrão: 6.736,8825 Maior Preço: R\$ 48.989,0000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 38.398,0000	10/07/2025	Sim
2	I	PREFEITURA DE CAPANEMA - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 31.250,0000	23/05/2025	Sim
3	I	PREFEITURA DE CAPANEMA - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 48.989,0000	03/04/2025	Sim
4	I	PREFEITURA DE HONORIO SERPA - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 44.990,0000	18/12/2024	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
613993 - Guincho De Trator Capacidade Carga Acoplador: 2.000 KG, Compatibilidade: Trator 65 Cv , Aplicação: Agricultura	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 22.720,0000	R\$ 26.303,3333	R\$ 24.990,0000
Coeficiente de Variação: 13,6269% Desvio Padrão: 3.584,3394 Maior Preço: R\$ 31.200,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	Márcio Marcelo Zimmermann Ltda - Fornecedor	1		R\$ 31.200,0000	29/10/2025	Sim
2	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 24.990,0000	08/09/2025	Sim
3	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 22.720,0000	04/09/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
601582 - Carreta Reboque Material: Aço Enrijecido / Madeira De Lei , Tipo Reboque: Carga , Comprimento: 1600 MM, Largura: 1500 MM, Altura: 800 MM, Capacidade Carga: 750 KG, Tipo Acoplador: Automático , Quantidade Eixo: 1 UN, Quantidade Amortecedor: 2 UN, Quantidade Feixe Mola: 2 UN, Tipo Chicote: Elétrico Central Com Cabo Maciço , Acabamento Superficial: Pintura , Tratamento Superficial: Anticorrosão , Tipo Carroceria: Aberta , Características Adicionais: Com Rodas Aro 14	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 6.460,0000	R\$ 16.186,6667	R\$ 12.100,0000
Coeficiente de Variação: 61,9968% Desvio Padrão: 10.035,2224 Maior Preço: R\$ 30.000,0000		
Método de cálculo adotado: Média		



Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 30.000,0000	26/11/2025	Sim
2	I	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST.TRANSPORTES - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 12.100,0000	17/09/2025	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 6.460,0000	14/07/2025	Sim
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 5.920,0000	14/07/2025	Não

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
614370 - Carreta Reboque Material: Metal , Tipo Reboque: Carga , Comprimento: 3.600 MM, Largura: 3.350 MM, Altura: 1.750 MM, Capacidade Carga: 9.000 KG, Quantidade Eixo: 2 UN, Acabamento Superficial: Pintura , Tratamento Superficial: Epóxi + Teflon + Pu , Tipo Carroceria: Aberta , Características Adicionais: Basculante Hidráulico; Eixo Sistema Tandem	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 19.995,0000	R\$ 41.426,3000	R\$ 49.750,0000
Coeficiente de Variação: 36,8837% Desvio Padrão: 15.279,5482 Maior Preço: R\$ 54.533,9000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 19.995,0000	12/05/2025	Sim
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 49.750,0000	05/12/2024	Sim
i 3	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 54.533,9000	04/12/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item

608948 - Carreta Material Carroceria: Metálico , Capacidade: 5 T, Tipo: Basculante , Comprimento: 3 M, Largura: 1,80 M, Altura: 0,94 M, Uso: Agrícola , Tipo Pneu: 750 X 16 , Quantidade Pneu: 4 U

Unidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 22.590,0000

Média

R\$ 25.763,3333

Mediana

R\$ 22.700,0000

Coeficiente de Variação: 17,1182%

Desvio Padrão: 4.410,2179



Maior Preço: R\$ 32.000,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE TURVO - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 22.590,0000	28/08/2025	Sim
2	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 22.700,0000	09/10/2025	Sim
3	I	BA-PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 32.000,0000	01/04/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item

603487 - Sistema Global De Posicionamento - Global Tipo: Digital , Display: Tela 2.6 Polegadas , Padrão: Sistema De Satélite: Gps E Glonass , Memória: 4 GB, Características Adicionais: Cabo Usb, Antena, Bussola 3 Eixo

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 5.600,0000

Média

R\$ 16.484,3150

Mediana

R\$ 16.150,0000

Coeficiente de Variação: 52,8719%

Desvio Padrão: 8.715,5727

Maior Preço: R\$ 26.335,0000



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 8.670,9900	24/02/2025	Sim
2	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 5.600,0000	01/10/2025	Sim
3	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 26.335,0000	24/06/2025	Sim
4	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 9.500,0000	14/10/2025	Sim
		COMANDO DA MARINHA - Compras.					

5	I	gov.br	1	Unidade	R\$ 22.800,0000	11/09/2025	Sim
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 25.999,9000	08/07/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item

627515 - Soprador Tipo: Costal , Acionamento: Gasolina , Potência: 2600 W, Aplicação: Remoção De Folhas De Árvores , Características Adicionais: Com Cintos De Fixação E Tubo De Sopros. , Cilindrada Motor: 56,5

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

10

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1.493,3000

Média

R\$ 2.855,5580

Mediana

R\$ 2.240,0000

Coeficiente de Variação: 53,0147%

Desvio Padrão: 1.513,8659

Maior Preço: R\$ 7.020,0000

Método de cálculo adotado: Média


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.250,0000	13/11/2025	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.652,2800	04/11/2025	Sim
3	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1.545,1600	03/11/2025	Sim
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.230,0000	30/10/2025	Sim
5	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.493,3000	16/10/2025	Sim
6	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 3.492,3100	16/10/2025	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1.788,5000	14/10/2025	Sim
8	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.500,0000	01/10/2025	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.276,3900	29/09/2025	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 4.079,5000	26/09/2025	Sim
11	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.163,0000	17/09/2025	Sim
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.094,6800	16/09/2025	Sim
13	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 5.390,0000	16/09/2025	Sim
14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.652,7800	16/09/2025	Sim
15	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 2.851,9400	11/09/2025	Sim
16	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 2.859,9900	01/09/2025	Sim
 17	I	EAC-SECRETARIA EST.JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLIC - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 7.020,0000	28/08/2025	Sim
 18	I	MPI-PREFEITURA MUNICI. DE SÃO RAIMUNDO NONATO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.399,0000	02/07/2025	Sim

19	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.533,3300	26/06/2025	Sim
20	I	MGO-PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE OCIDENTAL - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.839,0000	26/05/2025	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
247370 - Equipamento Rádiocomunicação Em Shf Frequência Tx: 1,8 A 30 MHZ, Frequência Rx: 50 A 30 KHZ-MHZ, Modulação: (Usb, Lsb), A1a(Cw), A3e(Am), J2b(Usb, Lsb), , Potência Tx: 100(J2b, J3e, A1a) W, Impedância Antena: 50 Nominais OHMS, Quantidade Canais Pré-Sintonizáveis: 100 , Radiação Espúrias: 40 DB, Peso Máximo: 5 KG, Dimensões Máximas: 120 X 250 X 300 MM, Aplicação: Instalação Rede Rádio Fixa , Características Adicionais: Supressão Faixa Lateral Indesejada Melhor Ou Igua	Unidade	15
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 470,6500	R\$ 2.187,8280	R\$ 1.448,0000
Coeficiente de Variação: 111,7682% Desvio Padrão: 2.445,2965 Maior Preço: R\$ 7.000,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		


Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 1.448,0000	29/10/2025	Sim
2	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 525,0000	14/10/2025	Sim
3	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.495,4900	15/07/2025	Sim
4	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 470,6500	07/05/2025	Sim
5	I	SENADO FEDERAL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 7.000,0000	12/02/2025	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 10

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
623468 - Motosserra Industrial Potência: 6,8 HP, Combustível Motor: Gasolina , Capacidade Tanque Combustível: 1 L, Cilindrada Motor: 85 CM3, Características Adicionais: Sabre De 60,95 Cm/24"	Unidade	2
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 4.080,0000	R\$ 4.226,0733	R\$ 4.179,2400
Coeficiente de Variação: 3,3671% Desvio Padrão: 142,2952 Maior Preço: R\$ 4.418,9800		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 4.418,9800	23/09/2025	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 4.179,2400	16/07/2025	Sim
i3	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.080,0000	26/12/2024	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 11

Descrição do item
627523 - Motoserra Industrial Potência: 3,4 KW, Combustível Motor: Gasolina , Capacidade Tanque Combustível: 0,68 L, Cilindrada Motor: 59 CM3, Características Adicionais: Sabre De 50cm

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 54,2821%
R\$ 529,0000	R\$ 2.057,7375	R\$ 2.073,4750	Desvio Padrão: 1.116,9834
			Maior Preço: R\$ 3.555,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	EPR-UNIVERSIDADE EST.OESTE DO PR M.C.RONDON - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1620,0000	14/10/2025	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 2.526,9500	30/09/2025	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 3.555,0000	29/09/2025	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 529,0000	15/08/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 12

Descrição do item
606342 - Roçadeira Manual Tipo Motor: Gasolina , Potência Motor: 40 Cc HP, Tipo Cortador: Lâmina Aço/Fio Nylon , Rotação: 12.000 RPM, Características Adicionais: Tanque Capacidade: 0,5l A 0,9l / Uso Intensivo / , Aplicação: Corte Grama, Capim, Pasto, Arbusto, Capoeiras E Pe

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
10



Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 10,6654%
R\$ 3.218,9700	R\$ 3.789,9000	R\$ 4.050,7300	Desvio Padrão: 404,2093
			Maior Preço: R\$ 4.100,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 4.100,0000	28/11/2025	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 4.050,7300	04/11/2025	Sim
3	I	PREFEITURA DE ARAGUARI - MG - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.218,9700	17/06/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 13

Descrição do item
634082 - Bomba Vazão: 1,8 M3, Tensão Alimentação: 220 V, Potência Nominal: 0,37kw-1/2cv C


Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 164,1400

Média
R\$ 477,2967



 Mediana
R\$ 530,0000

Coefficiente de Variação: 49,7702%
Desvio Padrão: 237,5516
Maior Preço: R\$ 820,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 164,1400	06/02/2026	Sim
2	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 820,0000	06/02/2026	Sim
3	I	MRJ-AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 177,0000	28/01/2026	Sim
4	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 530,0000	06/01/2026	Sim
5	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 530,0000	06/01/2026	Sim
6	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 642,6400	02/12/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 14

Descrição do item
634082 - Bomba Vazão: 1,8 M3, Tensão Alimentação: 220 V, Potência Nominal: 0,37kw-1/2cv C


Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 820,0000

Média
R\$ 2.515,5050

 Mediana
R\$ 2.051,5450

Coefficiente de Variação: 64,5757%
Desvio Padrão: 1.624,4046
Maior Preço: R\$ 5.138,9300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 5.138,9300	06/02/2026	Sim
2	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 820,0000	06/02/2026	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.480,0000	27/01/2026	Sim
4	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.623,0900	22/01/2026	Sim

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 15

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

634082 - Bomba Vazão: 1,8 M3, Tensão Alimentação: 220 V, Potência Nominal: 0,37kw-1/2cv C

Unidade

3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coefficiente de Variação: 41,3040%

Desvio Padrão: 677,8109

Maior Preço: R\$ 2.480,0000

R\$ 820,0000

R\$ 1.641,0300

R\$ 1.623,0900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 820,0000	06/02/2026	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.480,0000	27/01/2026	Sim
3	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.623,0900	22/01/2026	Sim

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 16

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

634082 - Bomba Vazão: 1,8 M3, Tensão Alimentação: 220 V, Potência Nominal: 0,37kw-1/2cv C

Unidade

6

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

● Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 41,4723%

Desvio Padrão: 426,5745

Maior Preço: R\$ 1.623,0900

R\$ 642,6400

R\$ 1.028,5767

R\$ 820,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 164,1400	06/02/2026	Não

2	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 5.138,9300	06/02/2026	Não
3	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 642,6400	02/12/2025	Sim
4	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.623,0900	22/01/2026	Sim
5	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 530,0000	06/01/2026	Não
6	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 530,0000	06/01/2026	Não
7	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 820,0000	06/02/2026	Sim
8	I	MRJ-AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 177,0000	28/01/2026	Não
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.480,0000	27/01/2026	Não

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 17

Descrição do item

632991 - Bomba Vazão: 15 L/MIN, Tensão Alimentação: 110/220 V, Potência Nominal: 30 W, Características Adicionais: Tipo Diafragma Sem Óleo

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

6

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1.920,0000

Média

R\$ 4.272,9875

Mediana

R\$ 3.884,0850

Coeficiente de Variação: 46,4141%

Desvio Padrão: 1.983,2691

Maior Preço: R\$ 7.403,7800

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.920,0000	10/12/2025	Sim
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 7.403,7800	02/11/2025	Sim
3	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO EST. DO R. G. DO NORTE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.669,0000	25/11/2025	Sim
4	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.099,1700	17/11/2025	Sim

Legenda:

⚠

Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i

Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 18

Descrição do item			Unidade de Fornecimento	Quantidade
632991 - Bomba Vazão: 15 L/MIN, Tensão Alimentação: 110/220 V, Potência Nominal: 30 W, Características Adicionais: Tipo Diafragma Sem Óleo			Unidade	6

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 32,9912%
R\$ 3.669,0000	R\$ 5.057,3167	R\$ 4.099,1700	Desvio Padrão: 1.668,4682
			Maior Preço: R\$ 7.403,7800

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO EST. DO R. G. DO NORTE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.669,0000	25/11/2025	Sim
2	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.099,1700	17/11/2025	Sim
3	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 7.403,7800	02/11/2025	Sim

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 19

Descrição do item

632991 - Bomba Vazão: 15 L/MIN, Tensão Alimentação: 110/220 V, Potência Nominal: 30 W, Características Adicionais: Tipo Diafragma Sem Óleo

Unidade

2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 29,1816%
R\$ 1.920,0000	R\$ 3.229,3900	R\$ 3.669,0000	Desvio Padrão: 942,3864
			Maior Preço: R\$ 4.099,1700

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.920,0000	10/12/2025	Sim
2	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO EST. DO R. G. DO NORTE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.669,0000	25/11/2025	Sim
3	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.099,1700	17/11/2025	Sim

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 20

Descrição do item

634082 - Bomba Vazão: 1,8 M3, Tensão Alimentação: 220 V, Potência Nominal: 0,37kw-1/2cv C

Unidade

3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	● Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 56,9280%
R\$ 999,0000	R\$ 2.492,2040	R\$ 2.220,0000	Desvio Padrão: 1.418,7614
			Maior Preço: R\$ 5.138,9300

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2.220,0000	18/02/2026	Sim
2	I	ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 999,0000	18/02/2026	Sim
3	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 5.138,9300	06/02/2026	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.480,0000	27/01/2026	Sim
5	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.623,0900	22/01/2026	Sim

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 21

Descrição do item

620539 - Lona Material: Lona Sintética , Aplicação: Toldo Piramidal , Cor: Branca , Largura: 10 M, Tipo: Blackout Solar , Características Adicionais: Vulcanizada Em Alta Temperatura , Comprimento: 10

Unidade

30

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 143,8570%
R\$ 145,0000	R\$ 1.754,2328	R\$ 717,7450	Desvio Padrão: 2.523,5870
			Maior Preço: R\$ 10.869,0000

Método de cálculo adotado: Mediana


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 1.050,0000	25/03/2026	Sim
2	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.200,9000	09/11/2025	Sim
3	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.795,0000	03/11/2025	Sim
4	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	31	Unidade	R\$ 349,9000	07/10/2025	Sim
5	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 1.200,0000	14/05/2026	Sim
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 398,9900	10/09/2025	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.387,0000	08/09/2025	Sim
8	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-AP - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 387,0000	18/08/2025	Sim
9	I	PREFEITURA DE REALEZA - PR - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 150,0000	17/06/2025	Sim
10	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.036,5000	13/06/2025	Sim

i 11	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU - RO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.900,0000	12/06/2025	Sim
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.719,0000	12/06/2025	Sim
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 10.869,0000	12/06/2025	Sim
14	I	PREFEITURA MUNICIPAL S. RAIMUNDO MANGABEIRAS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 180,0000	16/04/2025	Sim
15	I	PREFEITURA MUNICIPAL S. RAIMUNDO MANGABEIRAS - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 145,0000	16/04/2025	Sim
16	I	PREFEITURA MUNICIPAL S. RAIMUNDO MANGABEIRAS - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 210,0000	16/04/2025	Sim
17	I	PREFEITURA MUNICIPAL S. RAIMUNDO MANGABEIRAS - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 290,0000	16/04/2025	Sim
18	I	PREFEITURA DE REALEZA - PR - Compras.gov.br	23	Unidade	R\$ 307,9000	15/04/2025	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 22

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
483586 - Luneta Prisma Tipo: Lente Objetiva Com Tratamento Absorvente De Luz , Diâmetro: 50 A 56 Mm , Características Adicionais: Dispositivo Antirreflexo Removível Na Lente		Unidade	3
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	● Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 30,1995%
R\$ 1.348,3600	R\$ 1.871,3925	R\$ 1.693,6050	Desvio Padrão: 565,1520
Método de cálculo adotado: Média			Maior Preço: R\$ 2.750,0000


Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 2.750,0000	04/01/2026	Sim
2	III	Carrefour - Mídias Especializadas	2		R\$ 1.403,0400	07/05/2026	Sim
3	III	Magazine Luiza - Mídias Especializadas	2		R\$ 1.348,3600	07/05/2026	Sim
4	III	Amazon - Mídias Especializadas	2		R\$ 1.984,1700	07/05/2026	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 23

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
634082 - Bomba Vazão: 1,8 M3, Tensão Alimentação: 220 V, Potência Nominal: 0,37kw-1/2cv C	Unidade	3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	● Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 30,8862%
R\$ 999,0000	R\$ 1.614,0300	R\$ 1.623,0900	Desvio Padrão: 498,5123
			Maior Preço: R\$ 2.220,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2.220,0000	18/02/2026	Sim
2	I	ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 999,0000	18/02/2026	Sim
3	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.623,0900	22/01/2026	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 24

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
631397 - Bomba Vazão: 30.000 L/Dia , Tensão Alimentação: 200-400 VCC, Potência Nominal: 3 CV, Diâmetro: 4 POL, Altura: 255	Unidade	3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 41,4311%
R\$ 2.024,2300	R\$ 4.888,3100	R\$ 6.300,0000	Desvio Padrão: 2.025,2785
			Maior Preço: R\$ 6.340,7000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 6.340,7000	22/02/2026	Sim
2	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 2.024,2300	22/01/2026	Sim
3	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 6.300,0000	25/11/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 25

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
637862 - Roçadeira Agrícola Largura Corte: 1,50 M, Altura Corte: 5 A 20 CM, Características Adicionais: Roda De Apoio Ferro , Tipo Transmissão: Com Cardã , Quantidade Facas: 2 UN, Comprimento: 2.500 MM, Peso: 460 K	Unidade	1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 6,6355%
R\$ 19.000,0000	R\$ 20.966,6667	R\$ 21.900,0000	Desvio Padrão: 1.391,2425
			Maior Preço: R\$ 22.000,0000
Método de cálculo adotado: Mediana			

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	Agrovalle - Fornecedor	1		R\$ 21.900,0000	15/04/2026	Sim
2	IV	Redemaq - Fornecedor	1		R\$ 19.000,0000	13/04/2026	Sim
3	IV	MANJATO TRATORES LTDA - Fornecedor	1		R\$ 22.000,0000	14/04/2026	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 26

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
634082 - Bomba Vazão: 1,8 M3, Tensão Alimentação: 220 V, Potência Nominal: 0,37kw-1/2cv C	Unidade	6

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 40,2175%
R\$ 2.220,0000	R\$ 3.279,6433	R\$ 2.480,0000	Desvio Padrão: 1.318,9921
			Maior Preço: R\$ 5.138,9300
Método de cálculo adotado: Média			

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2.220,0000	18/02/2026	Sim
2	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 5.138,9300	06/02/2026	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.480,0000	27/01/2026	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 27

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
631114 - Veiculos Teleguiados Tipo: Aeronave Remotamente Pilotada (Drone) , Quantidade Motores: 8 Motores , Tamanho Diagonal: 3.895 MM, Velocidade Ascensão Vertical: 5 M/S, Peso Máximo: 180 KG, Características Adicionais: Controle Remoto, Carregador, Detetor Obstáculos, C	Unidade	2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 7,8929%
Desvio Padrão: 836,1592
Maior Preço: R\$ 11.500,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-CENTRO EST.ED.TECPAULA SOUZA-CEETEPS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 11.500,0000	29/04/2026	Sim
2	I	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - GO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 9.799,0000	17/12/2025	Sim
3	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 9.620,0000	14/12/2025	Sim
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 11.500,0000	17/11/2025	Sim
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 11.269,0000	29/10/2025	Sim
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 9.874,9900	27/10/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 28

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

631398 - Bomba Vazão: 19.000 L/Dia , Tensão Alimentação: 200-400 VCC, Potência Nominal: 2 CV, Diâmetro: 3 POL, Altura: 180

Unidade

3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 140,4465%
Desvio Padrão: 4.093,3424
Maior Preço: R\$ 17.866,0000

Método de cálculo adotado: Média


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.198,9900	13/04/2026	Sim
2	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.980,0000	22/01/2026	Sim
3	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 1.212,8300	08/12/2025	Sim
4	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 1.249,7100	08/12/2025	Sim
5	I	PREFEITURA DE SABAUDIA - PR - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 110,0000	04/12/2025	Sim
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL STO. ANTONIO DESCOBERTO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 17,0000	03/12/2025	Sim
7	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO EST. DO R. G. DO NORTE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 9.330,0000	25/11/2025	Sim
		MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA -					

8	I	MME - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 17.866,0000	25/11/2025	Sim
9	I	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - MME - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 16.765,0000	25/11/2025	Sim
10	I	PREFEITURA CORONEL BICACO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.369,0000	08/11/2025	Sim
11	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 2.490,0000	30/10/2025	Sim
12	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.770,0000	30/10/2025	Sim
13	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.430,0000	30/10/2025	Sim
14	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.130,0000	30/10/2025	Sim
15	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 910,0000	30/10/2025	Sim
16	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.750,0000	30/10/2025	Sim
17	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.177,0000	30/10/2025	Sim
18	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.289,7600	30/10/2025	Sim
19	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.944,0000	30/10/2025	Sim
20	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.311,0000	30/10/2025	Sim
21	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 697,9600	30/10/2025	Sim
22	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 810,0000	30/10/2025	Sim
23	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.177,0000	30/10/2025	Sim
24	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.529,0000	30/10/2025	Sim
25	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.177,0000	30/10/2025	Sim
26	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.247,0000	30/10/2025	Sim
27	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 485,1000	21/10/2025	Sim
i 28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.990,0000	20/10/2025	Sim
29	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 650,0000	16/10/2025	Sim
30	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 8.894,4300	13/10/2025	Sim
31	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.155,0000	12/10/2025	Sim
32	I	PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 590,0000	30/09/2025	Sim
33	I	PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 170,0000	30/09/2025	Sim
34	I	PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.900,0000	30/09/2025	Sim
i 35	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 750,0000	10/09/2025	Sim
i 36	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 400,0000	08/09/2025	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Nota Técnica

1. DO OBJETO E FINALIDADE

1.1. A presente Nota Técnica tem por finalidade fundamentar a metodologia aplicada na pesquisa de preços para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, equipamentos para infraestrutura hídrica e materiais tecnológicos de apoio operacional (tais como bombas submersas, roçadeiras, motosserras, radiocomunicadores e GPS), demonstrando que os valores obtidos refletem a realidade de mercado e as peculiaridades logísticas da Coudelaria e Campo de Instrução de Rincão.

2. DA METODOLOGIA E PARÂMETROS UTILIZADOS

2.1. A pesquisa foi realizada em estrita observância ao Art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e ao Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se os seguintes parâmetros de forma combinada:

a) Inciso I (Painel de Preços e Contratações Similares): Utilização prioritária de dados do sistema Compras.gov.br, com foco em contratações homologadas por outros órgãos da Administração Pública nos últimos 12 meses.

b) Inciso IV (Pesquisa Direta com Fornecedores): Complementação da base de dados através de orçamentos formais (ex: Item 25 - Roçadeira Agrícola, cotada com as empresas Agrovalle, Redemaq e Manjato Tratores) para itens com especificidades de mercado local.

2.2. Critérios de Cálculo Matemático: O sistema adotou métodos matemáticos distintos conforme o comportamento amostral de cada item. Para itens com alta homogeneidade (ex: Item 1, com Coeficiente de Variação de 1,32%), adotou-se o método da Média. Para itens que apresentaram maior dispersão e valores extremos (ex: Item 9 - Radiocomunicador, e Item 21 - Lona, com CV superior a 100%), adotou-se o método da Mediana para mitigar distorções de *outliers* e garantir um preço referencial exequível.

3. DA JUSTIFICATIVA DA LOGÍSTICA E MERCADO LOCAL (FATOR RINCÃO)

3.1. Conforme faculta o Art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o preço estimado deve considerar as condições e peculiaridades locais.

3.2. Justificativa de Acesso: A Coudelaria de Rincão está situada em zona rural, a 50 km da sede urbana do município de São Borja/RS, sendo aproximadamente 25 km de trajeto em estrada não pavimentada (estrada de chão), de difícil acesso para veículos de transporte de carga pesada.

3.3. Impacto na Precificação: Diante deste cenário, a Equipe de Planejamento considera que os valores calculados (médias e medianas) são condizentes e justos. Licitantes fatalmente embutirão nos seus custos diretos o frete elevado e o risco logístico para a entrega e montagem de implementos no local. Reduzir excessivamente o preço de referência com base em contratações de grandes centros urbanos representaria um alto risco de licitação deserta ou inexecução contratual por inexecuibilidade.

4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E CICLO DE VIDA

4.1. Em cumprimento ao Plano de Gestão Ambiental (PGA) da OM e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, a pesquisa de preços considerou equipamentos que impactam o custo total do ciclo de vida da contratação:

a) Eficiência Energética: Para bombas submersas, priorizou-se a obtenção de preços de modelos com maior durabilidade e menor consumo.

b) Impacto Ambiental: Para motosserras e roçadeiras, a estimativa abarcou equipamentos que atendam às normativas de limites de emissão de gases e ruídos.

5. ANÁLISE CRÍTICA E TEMPORALIDADE


5.1. A cesta de preços formadora do relatório demonstrou-se atual, utilizando-se diversas cotações e homologações oriundas do primeiro quadrimestre de 2026. Tal fato garante que os preços de eletrônicos (GPS e rádios) e implementos agrícolas de aço não estejam defasados no momento da sessão pública.

6. CONCLUSÃO


6.1. Diante do exposto, atesta-se que a metodologia empregada atende aos normativos vigentes. Os preços constantes no Relatório de Pesquisa de Preços nº 49/2025, que perfazem o Valor Total

Estimado de **R\$ 614.996,28**, mostram-se justos, adequados, exequíveis e vantajosos para a Administração Pública, estando aptos a figurar como valor de referência máximo para o respectivo certame licitatório.

São Borja/RS, na data da assinatura eletrônica

Documento assinado digitalmente
 **GABRIEL FRANKE BRIXNER**
Data: 03/06/2026 16:26:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GABRIEL FRANKE BRIXNER - 1º Ten OTT
Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **GUSTAVO DOS SANTOS ROSA**
Data: 05/06/2026 12:59:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GUSTAVO DOS SANTOS ROSA - 2º Ten OVT
Equipe de Planejamento

ASSINADO DIGITALMENTE
MARIANO PESCE FERREIRA DA COSTA MENEZES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital> 

MARIANO PESCE FERREIRA DA COSTA MENEZES - 2º Ten OCT
Equipe de Planejamento

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

COUDELARIA DE RINCAO/RS

Edital 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	160514-COUDELARIA DE RINCAO/RS	ALANA PAVANELO SIMMI	03/06/2026 11:49 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64442.003379/2025-50

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

CONTRATANTE (UASG)

(160514)

OBJETO

Registro de Preços para eventual aquisição de implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional destinados à Coudelaria de Rincão.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 760.962,99

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Coudelaria de Rincão

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

(Processo Administrativo nº 64442.003379/2025-50)

Torna-se público que a Coudelaria de Rincão, por meio da Seção de Licitações, Aquisições e Contratos, sediada na Zona Rural, caixa postal 283, 1º Distrito, São Borja-RS, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual aquisição de implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional destinados à Coudelaria de Rincão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será aplicada a exclusividade de participação para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como a reserva de cota prevista nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6.1. A não aplicação do tratamento diferenciado quanto à exclusividade e à reserva de cotas justifica-se pela natureza dos bens a serem adquiridos, que compreendem implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional destinados às atividades finalísticas da Administração, bem como pela necessidade de ampliação da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.6.2. Considerando as características do mercado fornecedor, a segmentação do objeto poderá resultar em restrição da competitividade, risco de fracasso de itens, prejuízo à padronização dos equipamentos e comprometimento da economicidade da contratação, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Permanecem aplicáveis os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, especialmente aqueles relativos ao tratamento favorecido para fins de regularidade fiscal e ao exercício do direito de preferência em situação de empate ficto.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3], para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. sociedades cooperativas que não atendam às exigências previstas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.9.12. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio*;

3.9.12.1. A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio justifica-se em razão da natureza comum do objeto, da ampla competitividade do mercado e da inexistência de complexidade técnica ou operacional que demande a conjugação de capacidades de diferentes empresas, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.13. *pessoas físicas*.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021, estando disponível para consulta pelos interessados nos autos do processo administrativo e nos documentos que instruem o presente certame.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo tributos, fretes, seguros, encargos e demais despesas incidentes, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com a Administração contratante, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021 .

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A7] [A8]

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e valor total do item;

6.1.2. *marca*;

6.1.3. *fabricante*;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante *não* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
[A4]

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um real).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.4. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
[A7]

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025 .

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras;

7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A15]

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;[A1]

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.[A2]

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida manifestação técnica do setor requisitante ou da área especializada, quando necessária à avaliação da conformidade dos bens ofertados.

8.15. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de catálogo, folder, ficha técnica, manual ou documento oficial do fabricante que permita a verificação das especificações técnicas dos bens ofertados.

8.15.1. A documentação deverá ser apresentada em língua portuguesa ou acompanhada de tradução simples, quando redigida em idioma estrangeiro.

8.15.2. Os documentos apresentados deverão possibilitar a identificação inequívoca da marca e do modelo ofertados, bem como a comprovação do atendimento às especificações constantes no Termo de Referência.

8.15.3. A não apresentação da documentação solicitada, ou a constatação de que o produto ofertado não atende às especificações mínimas exigidas, ensejará a desclassificação da proposta.

8.15.4. O Pregoeiro poderá promover diligências para confirmar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, inclusive mediante consulta ao sítio eletrônico oficial do fabricante.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, por cópia simples acompanhada do original para conferência ou em formato digital, nos termos da legislação vigente.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente, nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo por meio eletrônico para aceite no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento; ou b) utilizar outro meio eletrônico oficialmente admitido, assegurado o mesmo prazo para resposta.

10.4. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitido ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação jurídica estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital, seus anexos e no Termo de Referência;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Previamente à emissão da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será verificada a manutenção das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas durante toda a execução da contratação.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. o prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), do sistema Compras.gov.br e demais meios disponibilizados pela Administração.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou formalizar a contratação no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas neste Edital e na Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema Compras.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.4. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.5. Anexo V –Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.6. Anexo VI – Termo de Ciência e concordância;

São Borja, na data da assinatura eletrônica

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO SICORRA WILEMBERG

Autoridade competente

COUDELARIA DE RINCAO/RS

Ata de Registro de Preços 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	160514-COUDELARIA DE RINCAO/RS	ALANA PAVANELO SIMMI	03/06/2026 00:45 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64442.003379/2025-50

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 64442.003379/2025-50

Ata de Registro de Preços nº 14/2026

A COUDELARIA DE RINCÃO/CIR, com sede no(a) 1º Distrito - São Borja-RS, ERS , 176 Km 86, bairro Zona Rural, na cidade de São Borja/RS , CEP 97670-00, CNPJ sob o nº 09.613.553/0001-94, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Leandro Sicorra Wilemberg, nomeado(a) pela Portaria C Ex nº 743, DE 23 DE JUNHO DE 2023, publicada no DOU de 12 de junho de 2023, portador da Matrícula Funcional ID militar 085898213-5, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº /2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º RESOLVE registrar os preços da (s) empresa(s) indicada(s) e qualificada (s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de *de implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional*, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do [edital de licitação] n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1] , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2] , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade				

X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.[A3]

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, [poderá] ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *[edital]* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *[edital]*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *[edital]*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o

pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no [edital].

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao [edital].

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
---------	---	--	--	--	--	--	--	--

TR								
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO SICORRA WILEMBERG
Autoridade competente



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M S - 3ª R M
COUDELARIA DE RINCÃO/CIR
(Dep. Remt de Valença/1930)**

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Assunto: Autorização para Publicação de EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 90003/2026

Considerando a finalização dos estudos técnicos, a elaboração do Termo de Referência e a adequada instrução do Processo Administrativo nº 64442.003379/2025-50, que trata da aquisição de implementos agrícolas e equipamentos de apoio operacional. Considerando o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nas demais normas regulamentares aplicáveis.

AUTORIZO

a publicação do Edital nº 18/2026, referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90003/2026, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial da União e em jornal(is) de grande circulação, nos termos da legislação vigente.

Publique-se.

Cumpra-se.

São Borja, na data da assinatura digital.

**LEANDRO SICORRA WILEMBERG – Coronel
Ordenador de Despesas da Coudelaria de Rincão**